

## **A ALFABETIZAÇÃO NO ANTIGO REGIME O CASO DO PORTO E DA SUA REGIÃO (1580-1650)<sup>1</sup>**

### **1 – Introdução**

Os estudos que publicámos em 1979 e em 1983 sobre níveis de alfabetização de funcionários administrativos e judiciais dos Concelhos de Refojos de Riba d'Ave, da Maia e de Gaia na primeira metade do século XVII<sup>2</sup> lograram bom acolhimento por parte da generalidade dos colegas e do público a quem o tema interessou.

Os testemunhos que então nos foram amavelmente endereçados estimularam-nos a prosseguir e a aprofundar a investigação neste domínio. Desde logo pensamos que a matéria poderia eventualmente ser retomada e desenvolvida com amplitude na dissertação complementar de doutoramento.

Com esse objectivo fomos armazenando, ao longo de anos, os dados e informações que adiante divulgaremos.

### **2 – Os estudos sobre a alfabetização**

Decorreram já algumas décadas desde o aparecimento dos primeiros trabalhos de investigação histórica sobre as questões da alfabetização. De facto, em 1957, M. Fleury e A. Valmary publicaram um pioneiro e marcante estudo com base nas informações recolhidas na sequência do inquérito ordenado em França, em 1877-1879 pelo Inspector Louis Maggiolo<sup>3</sup>.

---

1 O presente texto constitui a dissertação complementar de doutoramento defendida em 1986. Foi publicado na «Revista da Faculdade de Letras. História», II série, vol. III, Porto, 1986, pp. 101-163.

2 Ver *Níveis de alfabetização de oficiais administrativos e judiciais dos concelhos de Refojos de Riba d'Ave e da Maia, na 1ª metade do séc. XVII*, Santo Tirso, 1982 (sep. de *Actas do Colóquio de História Local e Regional*); *O Concelho de Gaia na 1ª metade do séc. XVII. Instituições e níveis de alfabetização dos funcionários*, Vila Nova de Gaia, 1984 ( sep. da Revista «Gaya», vol. II). Trata-se de comunicações apresentadas em Congressos realizados respectivamente em 1979 e 1983.

3 FLEURY, M. et VALMARY, A., *Les progrès de l'instruction élémentaire de Louis XI à Napoléon III d'après l'enquête de Louis Maggiolo (1877-1879)* in «Population», Paris, Janciro-Março 1957.

Importantes avanços metodológicos foram trazidos pouco depois por historiadores de língua inglesa, nomeadamente Roger Schofield e Lawrence Stone.

O primeiro reafirmou em 1968 o valor da assinatura como indicador da alfabetização<sup>4</sup>. O segundo assinou no ano seguinte um importante artigo sobre as fases do processo de aprendizagem da leitura e da escritura na Inglaterra moderna<sup>5</sup>, trabalho que Pierre Goubert entendeu classificar como «novo e rico»<sup>6</sup>.

Os trabalhos sobre o tema prosseguiram não só em França e na Inglaterra mas também na Espanha e noutros países da Europa e ainda na América onde novos e meritórios estudos viram, entretanto, a luz do dia<sup>7</sup>.

A investigação sobre questões da alfabetização mantém-se, hoje, na crista da onda. Prova-o a nota crítica assinada por Daniel P. Resnick em número recentíssimo da revista «Annales»<sup>8</sup> na qual o autor reflecte sobre o caminho percorrido pela História da Alfabetização, submetendo a análise comparativa duas obras surgidas ultimamente nos Estados Unidos e na Inglaterra<sup>9</sup>.

A história da alfabetização não se tem limitado ao estudo isolado e quantificado dos opostos alfabetismo-analfabetismo. Ela penetrou nos domínios de vários ramos

4 SCHOFIELD, R., *The measurement of literacy in pre-industrial England* in *Literacy in Traditional Societies*, Cambridge, 1968.

5 STONE, L., *Literacy and education in England, 1640-1900*, in "Past and Present", 1969, n° 42.

6 GOUBERT, Pierre, *Histoire Démographique* in *Actas de las I Jornadas de Metodología aplicada de las ciencias históricas*, III, Historia Moderna, Santiago de Compostela, 1975, p. 267.

7 Para Espanha, ver RODRIGUEZ, Marie-Christine et BENNASSAR, B., *Signatures et niveau culturel des témoins et accusés dans les procès d'inquisition du ressort du Tribunal de Tolède (1535-1817) et du ressort du Tribunal de Cordoue (1595-1632)* in «Caravelle», n° 31, Toulouse, 1978; e ainda LARQUIÉ, Claude, *L'Alphabétisation à Madrid en 1650* in «Revue d'Histoire moderne et contemporaine» Tomo XXVIII, Paris, Janeiro-Março, 1981; KAGAN, R. L., *Students and Society in early modern Spain*, Baltimore e London, 1974. Para França a bibliografia mostra-se muito abundante. Citaremos QUENIART, J., *Culture et société urbaine dans la France de l'ouest au XVIII<sup>e</sup> Siècle*, tese de doutoramento de Estado defendida na Sorbonne em Junho de 1975; FURET, François, et OZOUF, Jacques, *Lire et écrire, l'alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*, 2 vols., Paris, 1977; FURET, F. e SACHS, W., *La croissance de l'alphabétisation en France. XVIII-XIX<sup>e</sup> siècle* in «Annales E.S.C.», n° 3 Maio-Junho, Paris 1974; MEYER, J., *Alphabétisation. lecture et écriture. Essai sur l'instruction populaire en Bretagne du XVI au XIX<sup>e</sup> Siècle* in *Actes du 95<sup>e</sup> Congrès des Sociétés Savantes*, Reims, 1970, Sections d'Histoire Moderne et Contemporaine, tomo I, Paris, 1974. Para a Espanha e França ver ainda *Livre et Lecture en Espagne et en France sous l'ancien régime*, Colloque de la Casa de Velazquez, Paris, 1981. Para a Inglaterra e o Novo Mundo, além das referidas, ver: CRESSY, David, *Literacy and the social order; reading and writing in Tudor and Stuart England*, Cambridge, 1980; *The Environment for Literacy; a study in accomplishment and context in 17<sup>th</sup> century England and New England* in *Literacy in historical perspective*, editado por Daniel P. Resnick, Washington, 1983; GRAFF, Harvey, *The Literacy myth: literacy and social structure in the nineteenth century City*, New York-S. Francisco, London, 1979; SOLTOW, Lee et STEVENS, Edward, *The rise of literacy and the common school in the United States; a socioeconomic analysis to 1870*, Chicago-London, 1981. Ver ainda para a Suécia, JOHANSSON, E., *The history of literacy in Sweden, in comparison with some other countries in Education Reports Umeå*, Universidade de Umeå, n° 12, 1977; para a Polónia, WYCZANSKI, Andrzej, *Alphabétisation et structure sociale en Pologne au XVI<sup>e</sup> siècle*, in «Annales, E.S.C.», Maio-Junho, Paris, 1974.

8 RESNICK, Daniel P., *L'alphabétisation en Amérique du Nord* (note critique) in «Annales, E.S.C.», Março-Abril, Paris, 1985.

9 As obras são as de Harvey GRAFF e de Lee SOLTOW e Edward STEVENS atrás citadas.

## A ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

de Ciência Histórica: assim tocou na história das atitudes religiosas na medida em que curou de investigar, nomeadamente em França, a relação entre os progressos de alfabetização e o esforço das confissões católica e protestante para criarem instituições de aprendizagem. Atingiu o campo da história da educação quando tentou descobrir a relação entre escolarização e alfabetização; entrou na área da história social e económica visto que procurou estabelecer a ligação entre alfabetização e as suas consequências na conduta moral individual bem como avaliar os reflexos da instrução no sucesso profissional e material, em sentido amplo. Aproximou-se ainda da demografia histórica porquanto é óbvio que ambas as disciplinas se socorrem das mesmas fontes. Além disso, é notório que sem os auxílios da primeira, não é possível determinar percentagens da população alfabetizada e da que o não era.

Por outro lado, a história cultural, a história do livro não lhe são estranhas.

Como diria Resnick, a história da alfabetização, na sua acepção mais ampla, tem como objecto o estudo da rede das relações sociais estabelecidas entre leitores e textos e a evolução dessas relações no decorrer dos tempos. É dentro destes parâmetros que a história da alfabetização deverá definir a sua própria identidade. Entre nós, a matéria não tem interessado grandemente a produção historiográfica mais recente<sup>10</sup>. Lembraremos, todavia, que os Professores António de Oliveira e José Marques lhe dedicaram concisa atenção nas respectivas teses de doutoramento<sup>11</sup>.

Além disso, Joel Serrão, director do *Dicionário de História de Portugal*, louvavelmente não ignorou o tema<sup>12</sup>.

No entanto, nos fins do século passado e princípios do presente, as questões da origem da instrução popular e a história da alfabetização entusiasmaram alguns espíritos, porventura os mais abertos aos ventos progressistas que da França e de outros países europeus sopravam contra o analfabetismo que, já então, era tido na conta de grave deficiência social<sup>13</sup>.

Não se adiantou, porém, grandemente no conhecimento concreto das instituições locais que, para além do Colégio das Artes e Escolas dos Jesuítas, se dedicaram, nos inícios da época moderna, à instrução de jovens e crianças. Mesmo assim, parece justo e correcto afirmar que a investigação séria começou por Adolfo Coelho bem mereceu o esforço de continuadores interessados e empenhados.

---

10 Devemos testemunhar, no entanto, que por mais de uma vez o Prof. Doutor Oliveira Marques nos manifestou o seu interesse pela programação colectiva de estudos desta matéria.

11 MARQUES, José, *A Administração municipal de Vila do Conde, em 1466*, Braga, 1983, pp. 55-56; OLIVEIRA, António de, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, vol. I, Coimbra, 1971, pp. 58-59.

12 Ver o sugestivo artigo de GRÁCIO, Rui, *Ensino Primário e Analfabetismo* in *Dicionário de História de Portugal*, II, Lisboa, 1971, pp. 48-53.

13 Ver COSTA, D. António da, *História da instrução popular em Portugal desde a fundação da monarchia até aos nossos dias*, 2ª ed., Porto, 1900; COELHO, Adolpho, *Cultura e analfabetismo*, Porto, 1916; COELHO, Adolfo, *Para a história da instrução popular* in «Revista de Educação e Ensino», vol. X, Lisboa, 1895, pp. 49-73, 97-121, 193-224; CIRNE, Ferreira do Amaral, *Resumo da história da Pedagogia*, Porto, 1881; BASTOS, Teixeira, *Ideias geraes sobre a evolução da Pedagogia em Portugal*, Coimbra, 1892; PELICO, Sílvio, *História da instrução popular em Portugal*, s/d, 1923.

Quanto à tentativa de quantificar os níveis de alfabetização da população, tanto quanto sabemos é, entre nós, campo quase completamente virgem.

Glosando Larquié a propósito de Espanha<sup>14</sup>, diríamos que infelizmente Portugal não teve o seu Maggiolo.

### **3 – Objectivos do presente trabalho**

O objectivo primário que nos propomos é o de, dentro dos limites cronológicos fixados no título, conhecer níveis de alfabetização de alguns sectores da população do Porto e das regiões próximas que com a cidade mantinham relações estreitas, especialmente os Concelhos do Termo.

Diremos, desde já, que está fora do nosso objectivo imediato aprofundar e estabelecer as relações entre a alfabetização e a escolarização, muito embora concordemos que se trata de um aspecto fundamental e até prioritário. Onde se aprendia? O que se aprendia? Qual o tipo e ritmos de aprendizagem? Quem eram os mestres?

Do mesmo modo não tentaremos a identificação e muito menos a inventariação dos livros que compunham a biblioteca das personalidades cultas. Parece-nos impensável que, por exemplo, o celebrado Bispo D. Rodrigo da Cunha não possuísse um bom apoio bibliográfico. Mas como chegar ao seu conhecimento?

Por outro lado, sabemos que o Porto importava livros principalmente da Flandres. Afirmámo-lo e provámo-lo na tese de doutoramento. Conhecemos mesmo o nome de alguns importadores. Mas que espécie de livros? Quem é que os adquiria? A quem? Quem os lia? Que relação se estabelecia entre leitores e os textos?

Estas e outras questões afiguram-se-nos pertinentes e merecem resposta fundamentada. Oxalá apareçam investigadores interessados nestas matérias.

Aqui e agora, limitar-nos-emos mais modestamente a indicar números e percentagens de alfabetizados e analfabetos não em relação à população em geral (para tanto não dispomos de informação credível) mas em relação aos diversos grupos sociais e económicos que conseguimos isolar.

Tentaremos ainda separar e comparar os dados atinentes aos indivíduos que moravam na cidade, por um lado, e àqueles que residiam no campo. População urbana e população rural terão, pois, tratamento apartado e comparativo.

Finalmente, divulgaremos os sinais e siglas mais utilizados por aqueles que, não sabendo escrever o nome, arranjavam outras formas, às vezes bem imaginativas, de assinar.

### **4 – As Fontes**

Os trabalhos que conhecemos acerca desta matéria têm utilizado diversos tipos de fontes: em França, desde Maggiolo, tem-se privilegiado o Registo Paroquial, em

---

<sup>14</sup> LARQUIÉ, C., *o.c.*, p. 132.

especial os assentos de casamento. Para o estudo do século XIX, porém, lançou-se mão de fontes mais diversificadas, tais como registos de recenseamento demográfico e livros de recrutamento militar.

Os trabalhos que contemplam o caso espanhol têm-se baseado preferentemente nos processos da Inquisição e nos Testamentos.

Quanto a nós, neste ensaio utilizaremos fundamentalmente as fontes municipais conservadas no Arquivo Histórico Municipal do Porto e, num ou outro caso, os Livros de Admissão de Irmãos da Confraria da Misericórdia da mesma cidade.

Tanto quanto sabemos é a primeira vez que tal tipo de fontes é aproveitado com esta finalidade.

Perguntar-se-á: tais fontes não serão demasiado restritas e selectivas, fornecendo informações apenas acerca das pessoas que, por uma razão ou por outra, teriam que tratar dos seus assuntos, privados ou de grupo, nos Paços do Concelho? Não seria mais adequado aos fins prosseguidos utilizar os livros de Registo Paroquial já que a condição de nubente, de testemunha presencial de casamento, de pai ou padrinho abrange todos os grupos sociais e económicos, sem distinção?

E que dizer de outras fontes tais como as Actas Notariais, os Testamentos, os Processos e Autos da Inquisição?

Antes de mais, deveremos afirmar que a fonte por nós utilizada surgiu naturalmente diante dos nossos olhos em resultado da investigação que desenvolvíamos em ordem à preparação da dissertação de doutoramento. Desde a primeira hora, antes mesmo de estarmos sensibilizados para estas questões, pareceu-nos interessante e útil tomar nota e até reproduzir as assinaturas e sinais de todos quantos figuravam nos livros de Actas da Câmara, desde os Vereadores até aos Porteiros, desde os cidadãos e mesteiros que participavam nas deliberações colectivas até aos regatões que obtinham na Câmara a sua licença comercial e aos lavradores do Termo que, perante os governantes da Cidade, tomavam posse de cargos para funções administrativas.

Portanto, de certo modo, a fonte impôs-se-nos; não foi fruto de uma opção previamente pensada e planificada. Isso não quer dizer que ela não se mostre válida tanto sob o ponto de vista da qualidade como da quantidade.

De facto, em primeiro lugar, os Livros das sessões da Câmara não são representativos apenas dos grupos sociais superiores, urbanos e rurais, embora estes aí figurem mais abundantemente, como é lógico. Por outro lado, possibilitam-nos o conhecimento das capacidades de assinatura de grande parte dos moradores do Termo. E quanto a estes, não são mesmo os grupos sociais de topo que são mais testemunhados. É verdade que estes aparecem a tomar posse de cargos relevantes como o de Almotacé e mais raramente o de Ouvidor. Mas a maior quantidade dos rurais figura em cargos de menor cotação social: jurados, coudeis e quadrilheiros.

Como tentámos demonstrar noutra local<sup>15</sup> tais oficiais eram recrutados entre os lavradores enfiteutas que não pertenciam ao escalão da aristocracia rural e que não eram suficientemente poderosos para alcançar privilégio que os dispensasse de servir em tais officios. Muitos podem ser colocados, sob o ponto de vista social, ao nível dos homens dos officios mecânicos da cidade.

Em qualquer dos casos, os do campo que nos aparecem nos Livros da Câmara a tomar posse dos diversos cargos officiais, uns mais honrosos que outros, são representativos dos diversos escalões da população a que pertencem, com provável excepção da aristocracia – parte da qual figura na gestão municipal da urbe.

Para além disso, as fontes municipais não se resumem aos Livros de Vereações. Os Livros de Finanças, os de Arrematação das Sisas e Rendas, os da Imposição do Vinho, os do Tombo Velho organizado em 1613-1614 são preciosos repositórios de assinaturas.

Serão demasiado selectivos? Digamos apenas que não são tão universais quanto o são, por exemplo, os Livros de Registo Paroquial, na medida em que nestes até os escravos e mendigos podem figurar.

Simplemente... para a época que nos propomos estudar, os assentos de Baptismo e Casamento são completamente omissos quanto a assinaturas. Os resultados da sondagem a que procedemos no Arquivo Distrital, a qual incidiu sobre as três freguesias urbanas, mostraram-se decepcionantes: quanto à Paróquia de S. Nicolau, os Livros de Casamento apresentam e conservam assinaturas dos cônjuges e testemunhas a partir de 1699 até 1754. Mas a partir daquela data até finais do século XVIII os nubentes deixam de assinar, mantendo-se essa obrigação apenas para as testemunhas que, aliás, se repetem muito.

Quanto à freguesia de Nossa Senhora da Vitória, não encontramos assinaturas dos cônjuges antes do fim do primeiro quartel do século XIX! O mesmo se poderá dizer da paróquia da Sé.

Consolar-nos-á saber que em Madrid e em quase toda a Espanha se passa o mesmo? Neste aspecto a França tomou a vanguarda pois data de meados do século XVII a generalização da obrigação de os esposos e quatro testemunhas assinarem a Acta<sup>16</sup>.

Quanto às Actas Notariais pensamos que constituem uma excelente fonte a aproveitar – de resto de valor muito semelhante à fonte que aqui utilizaremos, com a vantagem de abranger um leque um pouco mais vasto de população e de facultar comparações diacrónicas fáceis.

---

15 Ver a nossa colaboração na *Monografia de Paços de Ferreira*.

16 FURET, F. e OZOUF, J., *o.c.*, I vol., p. 15. Os autores apresentam o ano de 1647 no texto e o de 1667 na nota. Há aqui uma gralha evidente. A data correcta é a última pois foi nesse ano que se promulgou a «Ordonnance Civile». Para Espanha, ver o trabalho citado de C. LARQUIÉ, p. 133.

## A ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

Os Testamentos, por sua vez, revelam-se uma fonte a explorar com o senão de nos parecer muito mais selectiva do que qualquer outra, embora Claude Larquié tenha tentado demonstrar o contrário para o caso de Madrid.

### 5 – Metodologia

A metodologia que vamos adoptar basear-se-á fundamentalmente no exame atento da assinatura e dos sinais gráficos deixados pelas pessoas nos Livros oficiais da Câmara.

Poderá discutir-se, e tem sido discutido, o valor do indicador «assinatura» para conhecimento dos níveis de alfabetização.

Como escreveu Lawrence Stone em 1969, «não sabemos hoje e talvez nunca conheçamos com precisão a relação entre a capacidade de assinar o nome e a alfabetização no sentido próprio, isto é, aptidão para usar a escrita como meio de comunicação»<sup>17</sup>.

Todavia, François Furet e Jacques Ozouf, na esteira de Roger Schofield mas utilizando processos diferentes, demonstraram a validade do indicador. Para Schofield a capacidade de assinar mostrou-se «um indicador da alfabetização intermediário entre o domínio da escrita e o domínio da leitura»<sup>18</sup>. Por sua vez, os dois autores franceses comprovaram a «estreita correlação existente entre a assinatura dos assentos de casamento e a alfabetização completa, incluindo leitura e escrita»<sup>19</sup>.

Bem sabemos que outros autores têm preferido outro tipo de indicador: por exemplo, os autores americanos atrás citados deram preferência qualitativa às declarações contidas nos recenseamentos prestados pelos próprios recenseados.

Falta, porém provar que a adopção do critério das declarações é mais válido que o do exame das assinaturas e sinais<sup>20</sup>. De qualquer modo, como ficou dito atrás, para o período que nos propomos estudar não dispomos de outra via senão a da observação criteriosa dessas assinaturas e sinais.

De resto, muito recentemente Claude Larquié aproveitou com êxito tal indicador para estudar a alfabetização em Madrid em 1650.

Mas a utilização desse instrumento não nos fará correr o risco de misturarmos os quase analfabetos e os que são verdadeiramente alfabetizados?

Para resolver a dificuldade, Marie-Madeleine Compère distinguiu no caso de Languedoc quatro categorias de assinaturas de acordo com os graus de perfeição e destreza (*aisance*) demonstrados<sup>21</sup>.

17 STONE, L., *oc.*, p. 98. Citado por RESNICK, Daniel P., *o.c.*, p. 371.

18 SCHOFIELD, R., *o.c.*, p. 524. Citado por FURET, F. e SACHES, Wladimir, *o.c.*, p. 716.

19 FURET, F. e OZOUF, J., *o.c.*, I vol., p. 26. Ver ainda FURET, F. e SACHS, W., *o.c.*, p. 731.

20 Sobre o assunto, ver as considerações de RESNICK, Daniel P., *o.c.*, p. 372.

21 COMPÈRE, Marie-Madeleine, *École et alphabétisation en Languedoc aux XVIIe et XVIIIe siècles* in *Libre et*

Claude Larquié, por sua vez, cai no extremo oposto, separando apenas os que assinam e os que não assinam, sem qualquer distinção de grau<sup>22</sup>.

Posição intermédia foi adoptada por Marie-Christine Rodriguez e Bartolomé Bennassar no aproveitamento dos processos da Inquisição de Toledo e de Córdoba<sup>23</sup>. Distinguem quatro níveis: os que sabem ler e escrever ou assinam bem, os que assinam, os que assinam mal e os que não assinam ou não sabem ler e escrever.

Quanto a nós, parece-nos excessiva a compartimentação de Marie Madeleine Compère na medida em que se presta a subjectivismos potencialmente geradores de algum cepticismo. Como descobrir pela assinatura aqueles que mostram grande destreza e hábito de escrever e os que, igualmente capazes, têm de se esforçar um pouco mais para assinar? Até que ponto é que as assinaturas bem legíveis, embora de letras mal alinhadas, provam a insuficiência dos seus autores?

Do mesmo modo não adoptaremos as categorias de B. Bennassar porque as nossas fontes, para além da assinatura, nada nos transmitem expressamente sobre a capacidade de ler e escrever.

Assim, o que nos parece mais seguro e menos susceptível de subjectivismo é a distinção fundamental entre os que assinam, ainda que de modo menos perfeito, e aqueles cuja assinatura é tão tosca, às vezes inacabada e tão mal desenhada que a sua configuração se nos apresenta como a transição «entre as não assinaturas e as assinaturas perfeitas»<sup>24</sup>.

Por isso estabeleceremos os seguintes patamares:

- 1º. – os que assinam;
- 2º. – os que não sabem assinar, substituindo a assinatura por qualquer sinal que adiante descreveremos;
- 3º. – os que assinam tão mal que consideramos duvidoso que saibam, de facto, escrever;
- 4º. – os que não assinam nem deixam qualquer sinal na Acta.

Tal pode ser fruto de esquecimento do escrivão e do empossado ou, mais provavelmente, da incapacidade física deste último ou de qualquer outra causa que nos escapa. Estes reuniremos sob a rubrica «desconhecemos».

---

*Ecrire...*, *o.c.*, II vol., p. 91.

Eis os diversos graus que a autora distingue:

A – assinaturas nas quais a destreza de escrita mostra bem o hábito de escrever do seu autor;

B – assinaturas com letras bem formadas mas que deixam supor algum esforço do autor;

C – assinaturas mal alinhadas mas bem legíveis, com letras traçadas aparentemente umas após outras;

D – assinaturas mal feitas, disformes, deixando supor que o seu autor não possuía senão conhecimento vago das letras.

22 LARQUIÉ, C., *o.c.*, p. 143 e ss.

23 RODRIGUEZ, M.-C., e BENNASSAR, B., *o.c.*, p. 31.

24 GOUBERT, Pierre, *o.c.*, p. 267.



## A ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

Tal como faz a quase totalidade dos autores que trataram destas matérias, distinguiremos entre homens e mulheres, não obstante o escasso número de elementos do sexo feminino sobre os quais possuímos informação segura.

Será legítimo e correcto concluir que aqueles que assinam de cruz ou com outro sinal não sabiam assinar pelo alfabeto?


Vejamos: pode acontecer que quem tem de assinar um documento o faça escrevendo as letras do nome e depois coloque uma cruz por cima da assinatura. Quando tal sucede, trata-se de uma cruz minúscula, ornada com um ponto em cada ângulo. Vê-se de imediato que a cruz constitui como que um ornamento da assinatura. Daremos um exemplo: António ✚ Moreira<sup>25</sup>.

Outras vezes, o assinante antepõe a cruz ao nome. De novo, um exemplo ✚ Bertolomeu dos Santos<sup>26</sup>.

Reafirmamos que estes casos assumem peso insignificante no conjunto que recolhemos. Mais rara ainda é a situação em que o empossado desenha uma cruz no meio do nome. Exemplo: André + Dias<sup>27</sup>.

Quem contacta com as fontes sabe que é relativamente fácil descobrir se, neste caso, as letras são escritas pelo próprio ou pelo Escrivão (para identificar quem assim assina).

Tirando estes casos, afirmamos sem qualquer hesitação que quem assina de cruz não sabia assinar pelo alfabeto. Com efeito:

1.º – Quem não sabe assinar pelo alfabeto mantém o mesmo sinal praticamente inalterado por toda a vida. Tal constatação é mais evidente para o investigador quando o signo usado se reveste de toque original. Por exemplo, João Pires de Castro, Ouvidor do Concelho de Aguiar de Sousa assina com um *A* em 1598 e em 1612<sup>28</sup>; Mateus da Silva, Meirinho do mesmo Concelho usa o mesmo sinal (+) em 1619 e 1628;<sup>29</sup> Francisco Rodrigues, Meirinho de Refojos de Riba d'Ave entre 1584 e 1594 assina todos os anos do mesmo modo <sup>30</sup>.

Poderíamos citar dezenas de casos semelhantes. Não será por essa razão e pelo facto de os tabeliães usarem, para além do nome, um sinal próprio identificativo que se consagrou a expressão «abrir o sinal» para designar a oficialização da assinatura nos Cartórios Notariais?

---

26 AHMP, *Imposição do Vinho*, L. 3, fls. 196v. e 20bv. Qual a explicação para a utilização da cruz assim anteposta ao nome? Terá algo a ver com essa particularidade o costume de os Bispos católicos fazerem preceder a assinatura de uma cruz discretamente desenhada?

27 AHMP, *Arrematações de Rendas*, L. 6 (1637), fl. 3.

28 AHMP, *LV* 34, fl. 7v. e *LV* 39, fl. 203.

29 AHMP, *LV* 42, fl. 175v. e *LV* 46, fl. 223c.

30 Ver, por exemplo, *LV* 26, fl. 205v., *LV* 27, fl. 189, *LV* 28, fl. 222, *LK* 30, fl. 11v.

2º. – Os reduzidos exemplos em que claramente a mesma pessoa nos aparece a assinar, em momentos diferentes, com um sinal e pelo alfabeto são facilmente explicáveis: trata-se sempre de aprendizagem entretanto efectuada. De facto, a assinatura pelo alfabeto, em tais casos, foi sempre em tempo posterior ao da assinatura por sinal<sup>31</sup>. Aliás, que a aprendizagem na idade adulta seria relativamente normal, parece estar contido na recomendação da Misericórdia do Porto ao confrade João Fernandes, sapateiro: que aprendesse a ler e a escrever, pois disso «já elle tem principio»<sup>32</sup>.

3º. – Alguns indivíduos procuraram disfarçar a sua inabilidade para assinar utilizando uma espécie de carimbo ou chancela na qual se achava o nome gravado. Chegado o momento de assinar, embebiam o artefacto em tinta e gravavam o nome no documento a subscrever. Pelo menos dois Procuradores do Povo e um Juiz de Officio socorreram-se desse instrumento<sup>33</sup>.

4º. – O saber ler e escrever constituía aos olhos da «opinião pública» da época uma qualificação social importante que quem possuía não deixava de exhibir. E quem não era dela ornado, podia ser punido por isso. Assim, em 1595 António Dias, que fora Tesoureiro da Câmara do Porto três anos atrás, reivindicava o direito à nomeação para o officio de almotacé invocando o exercício daquele cargo. Por outras palavras, pretendia a progressão na via que lhe daria acesso às honras de cidadão.

Ora os Vereadores vão recusar o provimento porque o requerente era «pessoa plebeia e de geração de plebeus e que não sabia ler nem escrever e que casara com pessoa plebeia»<sup>34</sup>. E em 1650 o barbeiro de espadas Domingos de Sousa, tendo sido eleito para Representante do Povo na Junta das Décimas da cidade do Porto, foi impedido de tomar posse pelo facto de não saber ler nem escrever<sup>35</sup>.

Um pouco antes, em 1622-1623 os Almotacés da mesma cidade requereram ao Tribunal a confirmação do direito de almotaçarem os vinhos atabernados em Lordelo do Ouro alegando, entre outras razões que se ao Ouvidor do Concelho de Bouças (ao qual pertencia aquela freguesia) fosse reconhecida aquela prerrogativa que ele desejava, o povo sairia prejudicado «por razão de o Ouvidor ser homem rústico sem saber ler nem escrever e fazer tudo quanto lhe pediam»<sup>36</sup>. De alguma forma se punha aqui em equivalência a rusticidade e o analfabetismo.

Lembremos, por outro lado, o caso já referido do sapateiro João Fernandes que foi riscado de irmão da Misericórdia por não saber ler nem escrever. Embora mais tarde

31 Ver exemplos no nosso trabalho *Níveis de alfabetização...*, p. 316.

32 Arquivo da Misericórdia do Porto, *Secção D*, Banco 5, Livro 7, fls. 17v. e 22v.

33 AHMP, LV 43, fls. 218-218v., *passim*; LV 47, fl. 4v *passim*; LV 52, fl. 87.

34 Acrescentaremos que António Dias assina o termo de posse de Tesoureiro pelo alfabeto mas de forma inábil pelo que o inserimos na categoria de «duvidosos».

35 AHMP, LV 52, fls. 173-184.

36 AHMP, *Sentenças*, L. 5, fl. 122. De facto o Ouvidor de 1622, António João, assina de cruz, AHMP, LV 44, fl. 1.

tenha logrado a readmissão, tal ficou-se devendo ao facto de servir havia muitos anos. Mesmo assim, como vimos, recomendou-se-lhe que curasse de aprender<sup>37</sup>.

### 6 – Alcance social da instrução

A mesma impressão do grande alcance social da instrução pode colher-se da leitura de autores da época.

Assim, nas comédias de Lopo de Vega, quando um camponês sabia ler e escrever era sumamente admirado por seus companheiros<sup>38</sup>. E Gil Vicente, em mais de uma passagem da sua tão celebrada obra teatral, exalta os homens e as mulheres que de tal predicado se achavam adornados<sup>39</sup>. Recordaremos a figura curiosíssima de Inês Pereira que além de ler, sabia latim e gramática. Lembraremos ainda a fala do escudeiro quando desbobinava seus atributos para melhor convencer a mulher desejada:

«sei bem ler  
e muito bem escrever»<sup>40</sup>.

É sugestivo ainda que, pelo menos a partir da 2<sup>a</sup> metade do século XVI, os trinta meninos internados no Colégio dos Meninos Órfãos de Lisboa fossem obrigados a aprender a ler e a escrever<sup>41</sup>. Igual habilitação era proporcionada, já nos fins do século quinhentista, às meninas órfãs do Recolhimento de S. Pedro de Alcântara<sup>42</sup>.

Não terminaremos sem lembrar que o provimento de certos cargos públicos, mesmo modestos, exigia saber ler e escrever. Assim sucedia quanto ao Guarda da Câmara do Porto e possivelmente de outras Câmaras do Reino.

De resto, as Cortes de Santarém de 1434 haviam proibido o desempenho de funções judiciais, em terras que ultrapassassem os 400 moradores, a indivíduos que não fossem capazes de ler e escrever<sup>43</sup>. E, em alvará régio de 1642 inabilitava-se para a função de Juiz a quem não soubesse ler e escrever.<sup>44</sup>

Era importante, pois, saber ler e escrever e mostrar que se sabia. Daí a nossa convicção de que quando alguém assinava «de cruz» não sabia mesmo assinar pelo alfabeto. E *a fortiori* não sabia escrever.

37 AMP, D, B.<sup>o</sup> 5, L, 7, fls. 17v. e 22.

38 CHEVALIER, Maxime, *Lectura y lectores en la España del siglo XVI y XVII*, Madrid, 1976, p. 14-15; DOMINGUEZ ORTIZ, António, *El antiguo régimen: los Reyes Católicos y los Austrias, História de España Alfaguara, III*, 5<sup>a</sup> ed., Madrid, 1978, pp. 317-318.

39 Sobre a importância que os autores portugueses coevos atribuíam ao saber ler e escrever, ver COELHO, Adolpho, *Para a História...*o.c., pp. 59-66.

40 VICENTE, Gil, *Farsa de Inês Pereira*, estudo, análise e notas de Albeno Monteiro SOARES, Porto, 1974, pp. 32 e 45.

41 RIBEIRO, Ângelo, *Assistência e Cultura* in *História de Portugal*, dir. de Damião PERES, vol. V, Barcelos, 1933, p. 466.

42 *Idem*, p. 467.

43 OLIVEIRA, António de, o.c., p. 59.

44 *Reportorio Geral ou Índice alphabetico das leis extravagantes do Reino de Portugal, ordenado pelo Desembargador Manoel Fernandes THOMAS*, I vol., Coimbra, 1815, p. 527.

## II

## OS «SINAIS» MAIS UTILIZADOS E SUA TIPOLOGIA

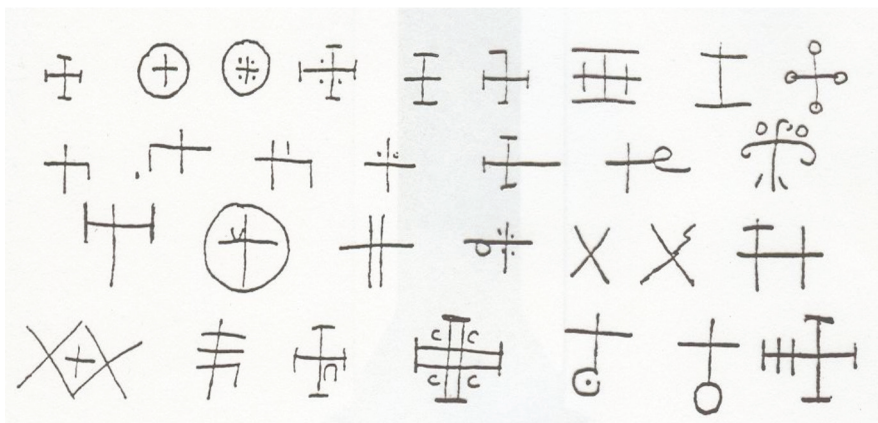
Pareceu-nos útil divulgar aqui os sinais e siglas mais frequentemente utilizados na documentação que nos serve de base, excluindo, porém, dos nossos objectivos imediatos qualquer tentativa de análise interpretativa. Pensamos, no entanto, que tal estudo pode e deve ser executado com o apoio da bibliografia conhecida<sup>45</sup>.

Começaremos por anotar que apenas os elementos do sexo masculino recorrem a sinais quando não sabem assinar pelo alfabeto. Num ou noutro caso (cremos que por razões de impossibilidade ou deficiência física) pedem a quem saiba que o faça por eles. Quanto às mulheres, quando não sabem escrever solicitam a outrem (pode ser um filho, um conhecido) que a «rogo» firme por elas. Nem uma só excepção encontramos a desmentir esta regra.

Qual a razão da diferença de tratamento? Questão de estatuto? É hipótese que não rejeitamos.

O «sinal» mais comum é a cruz, de dimensões maiores ou menores, desenhada de forma mais ou menos perfeita, de configuração mais grega que latina. Daí, pensamos, a explicação para a expressão «assinar de cruz»

Mas, não raro, o assinante acrescenta à cruz pormenor peculiar que permite identificar o seu autor, como se de assinatura escrita se tratasse. Vejamos alguns exemplos:

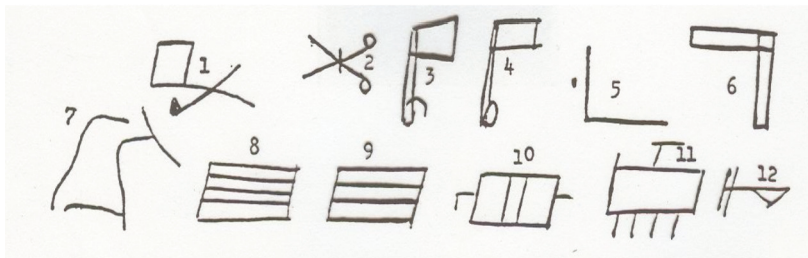


Outras configurações de sinais se poderiam apresentar cujo elemento básico era a cruz. Mas passemos adiante.

45 Para tal dispomos de alguma bibliografia que se encontra indicada em *Siglas Poveiras – Catálogo de exposição documental e bibliografia*, Póvoa de Varzim, 1979, pp. 57-69.

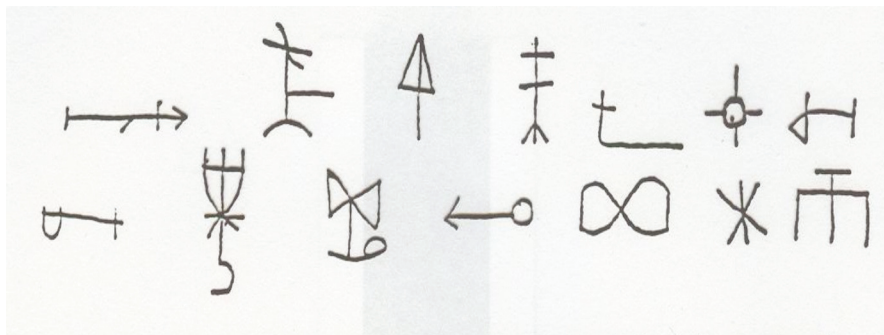
## A ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

Outra série de sinais poderá estar relacionada com a profissão de quem os utiliza:

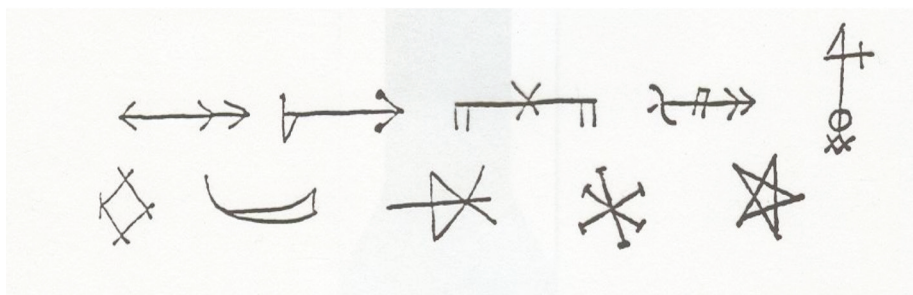


Assim, o sinal 1 pertenceu ao marchante António Brás; o 2 poderá querer dizer que quem o desenhou era alfaiate; o 3 e o 4 pertenceram a fragueiros (fazedores de arcos de pipas) e lenhadores; o 5 e 6 constituem sinal preferido de carpinteiro e pedreiro; o 7 foi desenhado por um ferreiro; os seguintes cremos pertencerem a lavradores; finalmente o 12 foi adoptado pelo Juiz de Matosinhos, Gonçalo Gonçalves, provavelmente pescador ou piloto.

Aliás, podemos acrescentar que os sinais mais originais e, às vezes, mais complicados pertenceram a pilotos e mestres de naus. Eis alguns exemplos:



Por sua vez, os mercadores estrangeiros, muitos dos quais são igualmente mestres de suas naus, raramente usam a cruz, preferindo símbolos semelhantes a estes:

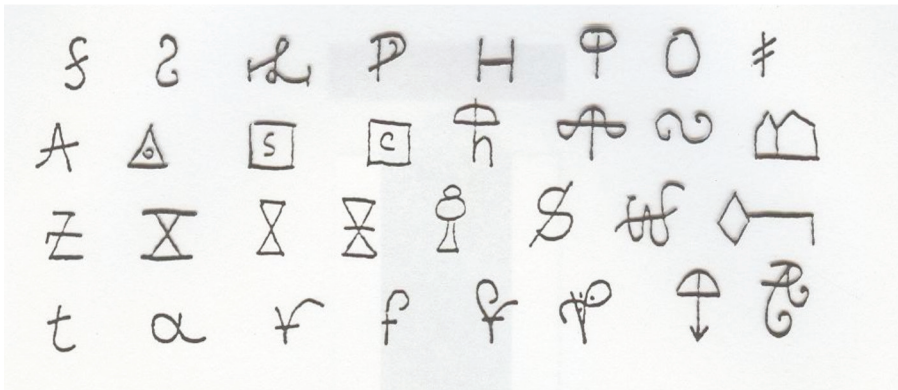


O último signo, a chamada cruz de cinco pontas ou sino-saimão, é utilizado com alguma frequência, tanto por gente do campo como da cidade e, como vemos, também pelos estrangeiros<sup>46</sup>.

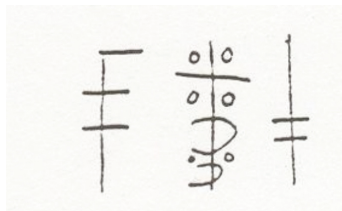
Outros preferem sinais muito mais simples, desenhando siglas que se aproximavam do próprio nome. Assim, Henrique da Cruz em 1646 Condestável do Forte da Porta Nova, de Miragaia (na ausência do proprietário) assinava de modo sugestivo:<sup>47</sup>



Algumas das siglas fazem lembrar as que os pedreiros dos séculos passados deixaram gravadas nas pedras dos edifícios que erguiam. Vejamos alguns exemplos:



Contrariamente, outros optavam por sinais barrocos, imaginativos mas de difícil compreensão:



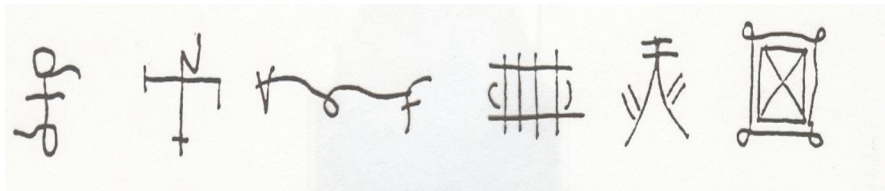
46 Acerca deste signo, ver GUERREIRO, Manuel Viegas, *Pilões das Júnias. Esboço de Monografia Etnográfica*, Lisboa, 1981 – citado por BETHENCOURT, Francisco, *Astrologia e Sociedade no século XVI. Uma primeira abordagem* in «Revista de História Económica e Social», n.º 8, Lisboa, 1981, p. 62.

47 Ver AHMP, LV 50, fl. 20v.



Quem diria que esta era a assinatura, aliás repetida, do marseiro Gonçalo Fernandes, da Praça da Ribeira?

Outros se lhe assemelhavam:



O primeiro e o terceiro pertenceram a marchantes; o segundo a um surrador; o quarto a um meirinho de Leça de Matosinhos, provavelmente lavrador; o quinto a um tanoeiro; o sexto a um cutileiro.

Não será necessário alargarmo-nos mais na apresentação e divulgação das siglas e sinais-assinaturas de quem não sabia escrever.

O símbolo mais utilizado, repetimo-lo, foi a cruz simples.

Muitos outros nos aparecem nos documentos. E, por certo, outras fontes mostrar-nos-ão outros mais imaginativos.

Não merecerá tal conjunto de sinais um estudo interpretativo mais aprofundado?

### III

### ÍNDICES DE ALFABETIZAÇÃO NAS ZONAS RURAIS

Tentaremos uma primeira avaliação dos índices de alfabetização num espaço geográfico que coincidirá rigorosamente com o próprio Termo do Porto, ou seja, os Concelhos da Maia, de Gaia, de Bouças, de Refojos de Riba d'Ave, de Aguiar de Sousa, de Penafiel e de Gondomar.

Definimos o conjunto como zona rural não obstante a constatação de que alguns lugares apresentam sinais de razoável desenvolvimento, quer em virtude dos níveis demográficos quer sobretudo por indicação do leque presumível das profissões praticadas que ultrapassa o quadro tradicional da quase exclusividade do sector primário. Referimo-nos a Vila Nova, Arrifana de Sousa, Azurara, Leça-Matosinhos, S. João da Foz e provavelmente Alfena e Valongo. Mas, repetimos, o conjunto é verdadeiramente rural.

Não dispomos de informações que abranjam obviamente toda a população. Os indivíduos cujo grau de instrução podemos avaliar são aqueles que desempenharam algum cargo público que os obrigou a deslocarem-se à Câmara do Porto para, perante a governança da Cidade, tomarem posse e prometerem, sob juramento, que cumpririam «bem e verdadeiramente» a missão de que eram incumbidos.

Dividiremos os ofícios aqui considerados em duas categorias. Uns eram exercidos no âmbito dos Concelhos ou Julgados ou na área mais reduzida de uma localidade preeminente sob o ponto de vista demográfico e económico. Situaremos neste grupo os de Ouvidor, Juiz, Meirinho, Procurador e Almotacé. Para eles o recrutamento era mais exigente em termos sociais.

Numa segunda categoria englobaremos os cargos cuja jurisdição, sendo mais modesta que a dos anteriores, não abrangia mais que uma freguesia ou apenas parte dela: Quadrilheiro, Jurado e Coudel (também chamado Juiz da Montaria). Se o primeiro ofício é comum à cidade e ao campo, os restantes são tipicamente rurais, ainda que nos apareçam em freguesias muito próximas da cidade amuralhada, como, por exemplo, Santo Ildefonso e Cedofeita.

Algumas características eram comuns aos dois grupos: destacaremos em primeiro lugar a raiz democrática da escolha. Com efeito, embora competisse à Câmara do Porto a nomeação formal e definitiva, a eleição era realizada localmente, nas condições descritas em anteriores trabalhos nossos<sup>48</sup>.

Por outro lado, todos eram de aceitação obrigatória. A faculdade de dispensar ou isentar cabia, em princípio, ao Senado da Câmara – o qual, de resto, não a concedia facilmente: em 1612, Francisco Fernandes, de Cabeça Santa, foi compelido a servir como Ouvidor no Julgado de Penafiel, não obstante ser «muito doente e não ouvir bem»<sup>49</sup>. Do despacho negativo da Câmara, o requerente podia apelar para o Corregedor da Comarca ou para o Tribunal da Relação, como fez, em 1613, Domingos Álvares, nomeado Juiz de Matosinhos<sup>50</sup>.

A forma mais eficaz de obter isenção era a de conseguir um privilégio. Por isso, muitos o procuravam e conseguiam, como demonstrámos em outra oportunidade<sup>51</sup>. Lembre-se, no entanto, o caso da freguesia de S. Tiago de Refojos: em 1614, os 21 moradores da freguesia, sendo todos privilegiados, decidiram servir rotativamente nos diversos ofícios para que a comunidade não quedasse sem governo<sup>52</sup>.

A duração de cada mandato era normalmente de um ano, com começo em Janeiro. Mas o ofício de quadrilheiro exercia-se durante três anos. Ao contrário, o de Almotacé, no Porto e seu Termo na época moderna, não excedia os dois meses.

Devemos esclarecer que embora o tempo coberto pelo nosso estudo pretenda alcançar o espaço entre 1580 e 1650, deparámos com grandes lacunas nas nossas fontes.

48 SILVA, F. Ribeiro da, *Níveis de Alfabetização...* pp. 313-314; *O Concelho de Gaia...*, pp. 191-195- Testemunhos da participação popular na eleição do Ouvidor poderão ver-se em AHMP, LV 37, fl. 13 e LV 38, fl. 165v.

E outros. Para o caso dos Almotacés, ver LV 47, fl. 77v.; LV 27, fl. 355v.; LV 29, fl. 180.

49 AHMP, LV 39, fl. 256v.

50 AHMP, LV 40, fl. 13.

51 Ver a nossa dissertação de doutoramento *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*, II vol., Porto, Arquivo Municipal 1986, p.680.

52 AHMP, LV 40, fl. 239v.



Quanto aos ofícios do primeiro grupo, as falhas ficam-se devendo ao facto de muitos Livros de Vereações se terem perdido: neste período de 71 anos os desaparecimentos atingem 22. Outras lacunas talvez se possam explicar por omissão do Escrivão já que não nos parece que o acto de posse deixasse de se efectivar.

No tocante aos ofícios da segunda categoria atrás definida, apenas possuímos registos para um total de 16 anos, 9 dos quais correspondentes aos últimos 20 anos do século XVI<sup>53</sup>. A explicação da irregularidade deve estar no facto de, muitas vezes, na primeira metade do séc. XVII, as tomadas de posse de Jurados, Quadrilheiros e Coudeis se lançarem em livro apartado (que não o de Vereações) proporcionando mais hipóteses de perda. Mesmo assim, dois deles foram felizmente preservados.

Lembraremos ainda que em consequência de um litígio de jurisdição entre a Câmara do Porto e o Balio Luís Alvares de Távora, a Honra de Rebordões e o Couto de Leça a partir de década de trinta do século de Seiscentos passaram a depender do Município no tocante à nomeação de Juiz e Meirinho. Quanto a outros Coutos e Honras, apenas conseguimos obter dados sobre o Couto de Santo Tirso, num feliz achado que se nos deparou nos fundos da Biblioteca Pública Municipal do Porto<sup>54</sup>.

Na quantificação dos níveis de alfabetização, trataremos ofício a ofício já que cada um possuía a sua própria especificidade e exigência em matéria de instrução. Mas, a fim de economizar espaço apresentaremos os resultados em quadro sinóptico, respeitando, no entanto, a individualidade de cada Concelho ou circunscrição para facilitar comparações.

### Ouvidor e Juiz

Os dois Ofícios são equivalentes, muito embora o vocábulo «juiz» se reserve na prática, para lugares de incidência senhorial: assim para Matosinhos, Leça, Honra de Rebordões, Couto de Leça da Maia e demais Coutos e Honras. Os Julgados do Termo bem como os lugares de Vila Nova, Valongo, Alfena e Azurara dispunham de Ouvidor.

A missão prioritária do Ouvidor (e do Juiz) era a de gerir a justiça. Tal atribuição é expressamente referida no acto de nomeação em 1598: «ouvidores pera ministrarem a justiça nos concelhos do termo da cidade»<sup>55</sup>. De facto, de acordo com as Ordenações Filipinas (Livro 1º, tit. 65, § 73) a sua alçada não excedia os 400 réis em acções cível.

Para além da administração da Justiça, o Ouvidor cuidava dos assuntos do bem comum do Concelho, em estreita ligação com o Senado da Câmara do Porto. Daí que o saber ler e escrever fosse importante para o eficaz cumprimento das suas obrigações.

53 Esses anos são: 1584, 1585, 1587, 1588, 1590, 1592, 1593, 1594, 1599, 1600, 1606, 1607, 1612, 1623, 1649 e 1650. Possuímos dados para cada um destes anos e para cada uma das freguesias mas não os apresentamos aqui, em pormenor, por falta de espaço.

54 Biblioteca Pública Municipal do Porto, *ms. 121*. (Livro das eleições dos Coutos do Mosteiro de Santo Tirso e S. João da Foz).

55 AHMP, *LV 34*, fl. 223v.

Qual o seu grau de instrução? Vejamos:

### QUADRO 1 – Níveis de alfabetização dos ouvidores e juízes

	Concelho de Aguiar de Sousa		Concelho de Penafiel		Lugar de Arrifana de Sousa		Concelho de Gaia		Lugar de Vila Nova	
	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%
Sabem assinar	15	44,1	11	25,5	29	70,7	6	14,6	23	67,6
Não sabem	15	44,1	23	54,7	6	14,6	35	85,3	7	20,5
Duvidosos	2	5,8	5	11,9	3	7,3	-	-	2	5,8
Desconhecemos	2	5,8	4	9,5	3	7,3	-	-	2	5,8
<b>TOTAL</b>	34		43		41		41		34	

	Concelho de Bouças		Lugar de Matosinhos		Lugar de Leça		Honra de Rebordões		Couto de Leça da Maia	
	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%
Sabem assinar	1	2,6	32	74,4	27	72,9	1	20,0	6	66,6
Não sabem	36	94,7	8	18,6	3	8,1	3	60,0	1	11,1
Duvidosos	-	-	2	4,6	7	18,9	1	20,0	2	22,2
Desconhecemos	1	2,6	1	2,3	-		-	-	-	
<b>TOTAL</b>	38		43		37		5		9	

	Concelho da Maia		Lugar de Azurara		Lugar de Valongo		Lugar de Alfena		Concelho de Gondomar	
	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%
Sabem assinar	8	19,0	35	85,3	19	46,3	12	31,5	4	10,2
Não sabem	32	76,1	1	2,4	18	43,9	24	63,1	31	79,4
Duvidosos	2	4,7	3	7,3	3	7,3	2	5,2	2	5,1
Desconhecemos	-	-	2	4,8	1	2,4	-	-	2	5,1
<b>TOTAL</b>	42		41		41		38		39	

	Concelho de Refojos de Riba d'Ave		Couto de Santo Tirso		DADOS GLOBAIS Total de actos de posse - 605		
	empossados	%	empossados	%			
Sabem assinar	12	33,3	27	62,7	Sabem assinar	268	44,2%
Não sabem	20	55,5	12	27,9	Não sabem	275	45,5%
Duvidosos	2	5,5	-	-	Duvidosos	38	6,2%
Desconhecemos	2	5,5	4	9,3	Desconhecemos	24	3,9%
<b>TOTAL</b>	36		43				

No conjunto, o nível de alfabetização dos Ouvidores e Juízes ronda os 45% de quantos encontramos registados. Tal percentagem poderá elevar-se um pouco mais se eliminarmos, como parece lógico, os que incluímos sob a designação de «desconhecemos» e lhes juntarmos alguns dos «duvidosos».

## A ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

Não nos parece que os resultados percentuais se mostrem muito divergentes se, em vez dos actos de posse, considerarmos os indivíduos investidos. É que embora se constate que várias pessoas serviram mais que uma vez, tais situações não se repetem excessivamente.

Se atentarmos em cada um dos Concelhos e Lugares, ressalta imediatamente à vista a grande amplitude que entre eles se verifica: de 2,6% que sabem assinar no Concelho de Bouças passa-se aos 85,3% do lugar de Azurara! Como explicar tamanha diferença?

Vejam: quando os Ouvidores são recrutados nas freguesias rurais, entre lavradores, o nível de alfabetização é, em geral, baixo. Assim sucede com os Concelhos de Bouças, Penafiel, Gaia, Maia e Refojos de Riba d'Ave. Mas quando o recrutamento é efectuado nos centros populacionais mais dados ao comércio e à «indústria», os índices mostram-se mais favoráveis.

Será isto resultado de nas proximidades dos centros urbanos existirem melhores possibilidades de aprendizagem? Talvez. No entanto, veremos, os lavradores dos arrabaldes do Porto não se mostram mais alfabetizados que os do interior.

A nosso ver, a explicação está em que as pessoas cuja actividade profissional se exercia nos sectores terciário e secundário sentiam maior necessidade e apetência pela instrução.

Mas será que os Ouvidores e Juizes eram recrutados nesses grupos? As indicações que chegaram até nós relativas a Azurara, Matosinhos, Arrifana de Sousa e Vila Nova apontam nesse sentido: em Azurara serviu um cidadão do Porto, aí morador e ainda um mareante e um tal Manuel Álvares, cognominado de o «rico».

Todos assinam bem<sup>56</sup>. O mesmo se verifica em Matosinhos, onde mercadores e carpinteiros de naus são investidos<sup>57</sup>. Em Arrifana de Sousa, cuja tradição «urbana» se continua hoje na cidade de Penafiel, aparece-nos um cerieiro, um saboeiro e vários mercadores<sup>58</sup>. Em Vila Nova encontramos um mercador, 10 tanoeiros, um alfaiate e um oleiro<sup>59</sup>.

É evidente que a regra conhece excepções: encontramos um lavrador em Jovim, Gondomar, que sabia escrever e depararam-se-nos 2 tanoeiros de Vila Nova analfabetos<sup>60</sup>.

Parece, pois, que podemos concluir, com alguma segurança, o seguinte:

1º - Os Ouvidores e Juizes do Termo do Porto apresentam índices de alfabetização muito interessantes, talvez até inesperados.

56 Ver AHMP, LV 27, fl. 413c.; LV 44, fl. 17; LV 40, fl. 6v.

57 AHMP, LV 33, 93v., LV 44, fl. 15v, LV 52, fl. 148.

58 AHMP, LV 31, fl. 23v. e LV 44, fls. 12v.-13.

59 Ver SILVA, F. Ribeiro da, *O Concelho de Gaia...*, p. 193. Ver ainda AHMP, LV 32, fl. 34v.

60 AHMP, LV 31, fl. 23v. e LV 44, fls. 12v.-13.

2º - Sabendo nós que os níveis dos Oficiais das aldeias eram muito mais baixos (ver abaixo), parece que a escolha do Povo recaía sobre indivíduos de instrução acima da média.

A consideração deste factor entrava em linha de conta ou o Povo limitava-se a indicar os melhores sob o ponto de vista social e económico, como mandava o alvará régio?<sup>61</sup>. E esses seriam também os melhores quanto a instrução? Assim parece.

### Procuradores

Alguns lugares, além de Ouvidor elegiam o Procurador do Concelho, cujas atribuições andariam próximas das do Procurador da Cidade do Porto. Segundo uma fonte da época<sup>62</sup> era sua missão cuidar do bem público da circunscrição. A expressão é vaga. Mas o exame dos Livros de Sentenças mostra-nos o Procurador como defensor officioso do Concelho nas demandas de que o Concelho fosse autor ou réu<sup>63</sup>.

Disporiam todos os Concelhos deste magistrado? Não sabemos. Os Livros de Vereações são muito parcos nesta matéria. Todavia, dão-nos notícia de 15 Procuradores do lugar de Azurara e de 3 do Concelho de Aguiar de Sousa.

Quanto aos primeiros, 8 sabem assinar (53,3%); 6 não sabem (40%); 1 é duvidoso (6,6%). Os de Aguiar de Sousa sabiam todos escrever.

Pelo que dissemos acima, parece tratar-se de um cargo com bastante exigência em matéria de instrução. Os indícios apontam no sentido de bom nível de alfabetização dos empossados. Mas o número de registos é demasiado baixo para legitimar qualquer conclusão.

### Meirinhos

Debrucemo-nos agora sobre os dados referentes aos Meirinhos.

#### QUADRO 2 – Níveis de alfabetização dos meirinhos

	Concelho de Aguiar de Sousa		Concelho de Penafiel		Lugar de Arrifana de Sousa		Concelho de Gaia		Lugar de Vila Nova	
	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%
Sabem assinar	8	20,0	6	20,6	4	13,3	2	5,8	-	-
Não sabem	31	77,5	20	68,9	25	83,3	32	94,1	24	92,3
Duvidosos	-	-	1	3,4	-	-	-	-	1	3,8
Desconhecemos	1	2,5	2	6,8	1	3,3	-	-	1	3,8
<b>TOTAL</b>	40		29		30		34		26	

61 *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium...*, Livro 2º das Chapas, Porto, 1953, p. 26-27 (Alvará de 25.09.1608.

62 AHMP, LV 42, fl. 175.

63 AHMP, Sentenças, L. 5º, fl 122.

## A ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

	Concelho de Bouças		Lugar de Matosinhos		Lugar de Leça		Honra de Rebordões		Couto de Leça da Maia	
	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%
Sabem assinar	-	-	-	-	1	4,5	-	-	3	33,3
Não sabem	27	96,4	13	92,8	20	90,9	4	100	6	66,6
Duvidosos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desconhecemos	1	3,6	1	7,1	1	4,5	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	28		14		22		4		9	

	Concelho da Maia		Lugar de Azurara		Lugar de Valongo		Lugar de Alfena		Concelho de Gondomar	
	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%
Sabem assinar	3	8,3	3	18,7	8	23,5	-	-	-	-
Não sabem	32	88,8	8	50,0	21	61,7	26	89,6	35	100
Duvidosos	1	2,7	5	31,2	3	8,8	1	3,4	-	-
Desconhecemos	-	-	-	-	2	5,8	2	6,8	-	-
<b>TOTAL</b>	36		16		34		29		35	

	Concelho de Refojos de Riba d'Ave		Couto de Santo Tirso		DADOS GLOBAIS Total de actos de posse _ 441		
	empossados	%	empossados	%			
Sabem assinar	0	0	0	0	Sabem assinar	38	8,6%
Não sabem	37	100	12	66,6	Não sabem	373	84,5%
Duvidosos	-	-	-	33,3	Duvidosos	12	2,7%
Desconhecemos	-	-	6		Desconhecemos	18	4,0%
<b>TOTAL</b>			18				

Os dados do quadro precedente mostram-nos que o índice de alfabetização destes Oficiais era extremamente baixo, independentemente do lugar de onde procediam.

Tal constatação traduzirá o pouco apreço e a diminuta importância sociológica do ofício?

Pensamos que sim. De facto, ao Meirinho era pedido essencialmente que executasse os mandados dos magistrados judiciais. Oficial de diligências, polícia ou fiscal, o papel do Meirinho era sempre odioso. Por isso, mais que saber ler e escrever, provavelmente exigia-se-lhe que gozasse de boa saúde<sup>64</sup> e de boa complexão física.

Sobre o estrato social onde os Meirinhos eram recrutados pouco sabemos. As únicas indicações que nos foram deixadas dizem-nos que, em Leça, 2 eram sapateiros e um era lavrador. No entanto, André Gonçalves, eleito para a Maia em 1589, foi reprovado e impedido por ser parente do Ouvidor<sup>65</sup>. Aliás, o exercício do cargo desenvolvia-se em estreita ligação com este Oficial e até na sua dependência.

64 AHMP, LV 28, fls. 97 e 161v. e LV 35, fl. 114v.

65 AHMP, LV 28, fl. 225

Complementarmente importará anotar que, para muitos a função se converteu em profissão. Com efeito, Fernão Pires foi Meirinho de Aguiar de Sousa entre 1584 e 1589. No Concelho de Refojos de Riba d’Ave foram-no durante anos consecutivos Francisco Rodrigues e, depois, Sebastião Gonçalves. O mesmo se pode afirmar acerca de Francisco Gonçalves, de Azurara.

### **Almotacés**

Na nossa tese de doutoramento tratamos longamente desta instituição.

Era atribuição primordial dos Almotacés cuidar do abastecimento do lugar ou do Concelho em boas condições de quantidade, qualidade e custo. A eles cabia fixar os preços de alguns géneros (por exemplo, o vinho) e fiscalizar todos.

Além disso, julgavam em primeira instância pequenos delitos económicos relacionados com o abastecimento.

Tratava-se, por isso, de um instituto de grande alcance social e de muita importância para o desenrolar normal da vida quotidiana. Sem dúvida, mostrava-se exigente em matéria de capacidade global, da qual não se excluía a instrução.

Daí que o Soberano incluísse o ofício entre os que deviam ser reservados aos melhores de cada lugar. Na cidade do Porto só os filhos e netos de cidadãos poderiam legalmente ter acesso à função. Os que não possuíam essa qualidade esforçavam-se por conseguir a nomeação para, por essa via, entrarem nos escalões sociais mais elevados.

Não era assim nos Lugares do Termo. É verdade que algumas personalidades destacadas foram empossadas no Ofício. Em Arrifana de Sousa encontramos, entre outras pessoas gradas, dois Licenciados: Filipe Teixeira e Gonçalo da Rocha. E, em todas as circunstâncias aparecem vários oficiais que, além do nome próprio, exibiam dois patronímicos – o que nesta época poderá ser indicador de valia social.

Porém, mostra-se notável o número de Mesteirais que foram investidos no cargo: assim em Vila Nova identificámos:

- 5 tintureiros
- 3 alfaiates
- 2 ferreiros
- 2 barbeiros
- 1 oleiro
- 1 tanoeiro
- 1 carpinteiro
- 1 passamaneiro
- 1 piloto

## A ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

Por sua vez, em Arrifana de Sousa o espectro parece semelhante:

- 4 sapateiros
- 2 serralheiros
- 2 ferreiros
- 1 ferrador
- 1 estribeiro
- 1 barbeiro
- 1 alfaiate

As circunstâncias e as reflexões que atrás deixamos ajudarão a entender a razão pela qual o índice de alfabetização dos Almotacés se apresenta tão favorável quanto o dos Ouvidores.

Será a presença dos Mesteirais que explica a vantagem do índice de alfabetização dos lugares de Vila Nova e de Arrifana de Sousa sobre os restantes? Pensamos que não sendo a única razão, é talvez de ter em conta. Não apenas por se tratar de Mesteirais, mas provavelmente de Mesteirais qualificados.

Atendemos, então no quadro de alfabetização destes funcionários.

**QUADRO 3 – Níveis de alfabetização dos almotacés**

	Concelho de Gaia		Concelho de Vila Nova		Lugar de Valongo		Lugar de Alfena		Lugar de Arrifana de Sousa	
	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%
Sabem assinar	78	37,3	105	49,0	45	27,4	52	29,0	264	73,7
Não sabem	123	58,8	92	42,9	108	65,8	119	66,4	73	20,3
Duidosos	5	2,3	10	4,6	7	4,2	5	2,7	18	5,0
Desconhecemos	3	1,4	7	3,2	4	2,4	3	1,6	3	0,8
<b>TOTAL</b>	209		214		164		179		358	

<b>DADOS GLOBAIS</b>		
<b>Actos de posse - 1124</b>		
Sabem assinar	544	48%
Não sabem	515	45,8%
Duidosos	45	4,0%
Desconhecemos	20	1,7%

Como é patente, a percentagem de Almotacés alfabetizados, embora em três circunscrições se apresente negativa, é, no conjunto, superior à dos que não sabem escrever. Se eliminarmos os que «desconhecemos», o nível atingirá os 50%.

Resta acrescentar que o recrutamento das pessoas obedecia, ao menos em parte, aos critérios selectivos recomendados por lei. Essa a razão que, no nosso ponto de vista, explica que, sendo o total de actos de posse registados 1124, apenas 611 pessoas tenham sido utilizadas. Por outras palavras cada indivíduo, em média, desempenhou 1,8 mandatos<sup>66</sup>.

### **Oficiais das aldeias: jurados, quadrilheiros e coudéis da montaria**

Nas aldeias deparam-se-nos fundamentalmente três categorias de oficiais. Cada uma delas respondia a necessidades específicas da organização da vida local.

Assim:

Aos Jurados competiam funções judiciais de pequeno alcance, reguladas pelas Ordenações<sup>67</sup>; os processos eram sumários e orais. Julgavam também as causas surgidas por eventuais danos provocados pelo gado em liberdade. A documentação distingue entre Jurados dos Privilegiados e Jurados dos Devassos ou não privilegiados.

Os Quadrilheiros, a força policial da época, comprometiam-se a perseguir e a aprisionar os malfeitores; velar pela manutenção da ordem pública, prevenindo e castigando tumultos, «arroidos» ou desavenças; cuidar da moralidade pública; investigar acerca da presença de estranhos na terra e das suas intenções. Para bem executar as missões descritas, eram apoiados por uma quadrilha e obrigavam-se a possuir armamento mínimo: ao menos uma lança.

Os Coudeis ou Juizes da Montaria, além de cuidarem da conservação das boas raças de cavalos<sup>68</sup> provavelmente dispunham de atribuições no âmbito da observância das leis que regulavam as práticas venatórias e a protecção das florestas. A expressão «coudel (ou juiz) da raposa» faz-nos admitir que lhes cabia a defesa dos animais domésticos e das culturas contra as arremetidas de predadores selvagens.

Em todos os casos, nuns mais que noutros, o conhecimento das letras, não sendo absolutamente indispensável, seria útil.

Por economia de espaço, reunimos num só quadro os dados globais referentes à alfabetização destes Oficiais. Desta forma condensaremos todo um trabalho de heurística que, como se calcula, se prolongou por vários anos.

---

66 – Devemos esclarecer, que os Lugares de Valongo, Alfena, Vila Nova e Gaia elegiam almotacé, de dois em dois meses, cada um o seu. Mas, frequentemente, nos últimos 20 anos do séc. XVI o mesmo funcionário servia nos dois lugares de Gaia e de Vila Nova. (Ver AHMP, *LV 28*, fl. 193). O mesmo se pode ver nos *LV 26*, *27*, *30*, *31*). Ao contrário, o Lugar da Arrifana de Sousa, durante o período aqui considerado, foi servido por dois Oficiais em simultâneo, cujo mandato durava 2 meses. Este facto por si só indica a prosperidade demográfica e económica da circunscrição.

67 - *Ordenações Filipinas*, L. 1º, tit., 65, § 73.

68 BLUTEAU, Rafael, *Vocabulário Portuguez e Latino*, Tomo II, Coimbra, 1712, p. 593.



## A ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

Vejamos:

### QUADRO 4 – Níveis de alfabetização dos oficiais das aldeias: jurados, quadrilheiros e coudéis da montaria

	Concelho de Aguiar de Sousa		Concelho de Penafiel		Concelho de Gaia		Concelho de Bouças		Concelho da Maia	
	empoadados	%	empoadados	%	empoadados	%	empoadados	%	empoadados	%
Sabem assinar	51	5,7	25	4,9	12	1,7	4	2,4	82	4,4
Não sabem	802	89,8	451	89,8	635	93,5	155	93,3	1659	89,6
Duvidosos	8	0,8	6	1,1	4	0,5	3	1,8	24	1,2
Desconhecemos	32	3,5	20	3,9	28	4,1	4	2,4	86	4,6
<b>TOTAL</b>	893		502		679		166		1851	

	Concelho de Gondomar		Concelho de Refojos de Riba d'Ave		Arredores da Cidade		DADOS GLOBAIS Total de actos de posse - 4937		
	empoadados	%	empoadados	%	empoadados	%			
Sabem assinar	4	2,0	24	4,0	3	5,2	Sabem assinar	205	4,1%
Não sabem	181	91,4	529	89,5	53	92,9	Não sabem	4465	90,4%
Duvidosos	-	-	7	1,1	1	1,7	Duvidosos	53	1,0%
Desconhecemos	13	6,5	31	5,2	-	-	Desconhecemos	214	4,3%
<b>TOTAL</b>	198		591		57				

Os resultados globais obtidos informam-nos que apenas 4,1% do total dos «oficiais rurais» sabia escrever. Se entendêssemos dever juntar-lhes os «duvidosos», o nível subiria para os 5%. Os restantes 95% indicariam, pois, a taxa de analfabetismo.

Tal percentagem poderia lograr confirmação se puséssemos de lado os que «desconhecemos», os quais, de facto, na sua esmagadora maioria não conheciam o alfabeto.

A percentagem de 5% de homens alfabetizados corresponderá à situação real da instrução nas zonas rurais à volta do Porto?

Antes de respondermos a esta questão, outra se opõe: quem eram, do ponto de vista sociológico, os Jurados, Quadrilheiros e Coudeis? Afirmámos atrás que quem dispusesse de posses, procurava angariar um privilégio que o dispensasse desse ónus. Dissemos mais que o número dos privilegiados era elevado. Será então que os mais poderosos estão excluídos deste grupo?

Mas, por outro lado, não é facilmente admissível que fossem escolhidos apenas os miseráveis e ineptos ou os do fundo da pirâmide social, ainda que, num caso ou noutro, tal tenha sucedido.

Deveremos, então, concluir que quem servia nos ofícios era o «rural médio»?

Para além da dificuldade em caracterizar o «rural médio», faltam-nos fontes para podermos responder com segurança. Mas, em 1606 e 1607 o Escrivão deixou-nos notícia sobre a profissão de alguns dos eleitos. Ora, com ligeiras excepções, quando a profissão é referida, trata-se sempre da de lavrador. Pelo menos 95 anotámos nós!

Mas que significa ser lavrador? Por paralelismo com os dados contidos nas Listas das Companhias de Ordenanças do séc. XVIII, provavelmente estes homens seriam enfiteutas, possuindo em propriedade imperfeita a terra que trabalhavam<sup>69</sup>. Mas estes lavradores assim entendidos não disporiam de posses para angariar um qualquer privilégio?

Pensamos, por isso, que efectivamente o oficial das aldeias aqui referido é certamente o que poderíamos chamar de «rural médio». Sendo assim, põe-se novamente a questão: o índice de alfabetização das zonas rurais ao redor da Cidade andaria pelos 5%?

Se tivermos em conta apenas as aldeias, os resultados apresentados merecem credibilidade. Com efeito, o número total de actos de posse que extractámos é significativo: quase 5.000!

Além disso, os resultados são confirmados por outras fontes: em 1584, dos 192 lavradores que obtêm licença na Câmara para a compra de gado pelo Reino, apenas 8 (4,1%) assinam pelo alfabeto o termo de responsabilidade. Todos os outros assinam de cruz<sup>70</sup>. Devemos, no entanto, referir que dos 21 moradores de S. Tiago de Refojos que, em 1614, se apresentaram na Câmara do Porto, 3 (14,2%) sabiam assinar<sup>71</sup>.

Por outro lado, os oficiais das aldeias não são os únicos «funcionários» recrutados no Termo do Porto. Não podemos deixar de ter em conta os Ouvidores, Meirinhos e Almotacés.

Ora, no conjunto, os resultados mostram-se diferentes.

Mas antes de analisarmos globalmente e em síntese final os resultados do conjunto, debruçemo-nos sobre os dados parcelares relativos a cada um dos Concelhos do Termo do Porto.

### **Níveis de alfabetização por concelhos**

Se olharmos para o produto final concernente a cada um dos Concelhos (ver quadro 5) ressalta à vista que entre eles se estabeleceram grandes diferenças de níveis de alfabetização dos respectivos funcionários.

Assim enquanto o de Penafiel apresenta quase 34% de Oficiais alfabetizados, o de Gondomar não chega aos 3%. Por outro lado, o de Gaia e o de Bouças ultrapassam os 18% enquanto o de Refojos de Riba d'Ave e o da Maia se quedam pelos 9% e 11 % respectivamente.

Do mesmo modo, a percentagem dos que decididamente não sabem assinar varia em idênticas proporção: 90,8% no concelho de Gondomar e apenas 59,6% no de Penafiel.

Como explicar e interpretar tamanha diversidade?

69 SANTOS, Cândido dos, *Subsídios para a História da Demografia da Região de Santo Tirso*, Santo Tirso, 1981, p. 190.

70 AHMP, *Livro da Compra de Gado*, fls. 2-97.

71 AHMP, *LV 40*, fl. 239v.

## A ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

A explicação que ficou atrás a propósito da diversidade de instrução dos Ouvidores é aplicável aqui. Com efeito, os lugares mais desenvolvidos sob o ponto de vista sócio-económico apresentam melhores índices de alfabetização.

### QUADRO 5 – Níveis globais de alfabetização (por concelhos)

	Concelho de Aguiar de Sousa		Concelho de Penafiel		Concelho de Gondomar		Concelho de Gaia	
	empoados	%	empoados	%	empoados	%	empoados	%
<b>TOTAL</b>	967		1003		272		1237	
Sabem assinar	74	7,6	339	33,7	8	2,9	226	18,2
Não sabem	848	87,6	598	59,6	247	90,8	948	76,6
Duvidosos	10	1	33	3,2	2	0,7	22	1,7
Desconhecemos	35	3,6	33	3,2	15	5,5	41	3,3

	Concelho de Bouças		Concelho da Maia		Concelho de Refojos de Riba d'Ave	
	empoados	%	empoados	%	empoados	%
<b>TOTAL</b>	348		2489		734	
Sabem assinar	65	18,6	276	11	64	8,7
Não sabem	262	75,2	2055	82,5	617	84
Duvidosos	12	3,4	58	2,3	10	1,3
Desconhecemos	9	2,5	100	4	43	5,8

Se ao Concelho de Penafiel retirássemos os funcionários residentes em Arrifana de Sousa, o nível real da alfabetização da circunscrição desceria enormemente.

Verificar-se-ia o mesmo relativamente ao Concelho de Bouças se tratássemos apartadamente as localidades de Matosinhos e de Leça; outrossim em relação ao concelho de Gaia, se dele separássemos o lugar de Vila Nova.

Mas o exemplo do Concelho da Maia não desmentirá tal teoria? Com efeito, como explicar que englobando este Concelho três lugares importantes (Azurara, Valongo, Alfena) o nível de alfabetização total não ultrapasse aí os 11%?

Bem vistas as coisas, trata-se de uma circunscrição muito extensa, formada por mais de meia centena de freguesias e o número dos «funcionários rurais» não pode deixar de pesar decisivamente no resultado final.

Por outro lado, os territórios que dispunham de Almotacés apresentam vantagem sobre os que não os elegiam. É que a exigência de qualidade social que, como vimos, rodeava a sua escolha, reflectia-se forçosamente no seu grau de instrução.

A explicação das diferenças entre Concelhos estará, pois, no número de Almotacés (e ainda Ouvidores e Juizes) que cada um elegia, já que no tocante aos Oficiais de aldeia, constata-se um certo nivelamento de alfabetização.

### **Tentativa de síntese final relativa ao Termo do Porto**

Qual era, então, a taxa de alfabetização do Termo do Porto?

Olhemos e atendemos nos números.

Os 7107 termos de posse que tratámos distribuem-se pelos seguintes escalões:

#### **QUADRO 6**

Sabem assinar	1055	14,8%
Não sabem	5628	79,1%
Duidosos	148	2%
Desconhecemos	276	3,8%

Poderemos então sustentar que a taxa de alfabetização do Termo do Porto andaria pelos 15%? Da população masculina, talvez! Mas do conjunto certamente não, porque falta-nos uma componente importante da população: as mulheres que eram esmagadoramente analfabetas.

Admitimos como hipótese que 10% da população rural possuía o conhecimento das letras. Mas conclusões definitivas e categóricas estão no actual estágio dos nossos conhecimentos inteiramente fora de causa.

Estes resultados são inferiores ao que se passava em França (região rural da Normandia) onde, no fim do séc. XVII a alfabetização masculina se situava entre os 22 e os 31%<sup>72</sup>. E estão muito abaixo dos números obtidos por M.-C. Rodriguez e B. Bennassar para os campos de Castela-a-Nova; aí, entre 1601 e 1650, a alfabetização dos homens atingia os 52,3%<sup>73</sup>!

Não cremos que a distância de instrução entre os habitantes rurais de Castela e os do Termo do Porto fosse tão pronunciada. A explicação da diferença deve estar na natureza das fontes. Como os autores reconhecem, as fontes inquisitoriais provavelmente sobreestimam a taxa de alfabetização, em virtude das características da camada profissional e sociológica aí representada.

## **IV**

### **NÍVEIS DE ALFABETIZAÇÃO DE GRUPOS URBANOS**

As percentagens sugeridas atrás deixam totalmente de fora os habitantes da cidade. (Para este efeito consideramos moradores urbanos todos os que, embora possuíssem quintas no campo onde passavam temporadas, dispunham de residência dentro de muros e como tal aparecem nas fontes).

<sup>72</sup> FURET, F e OZOUF, J., o.c., I vol., p. 190.

<sup>73</sup> RODRIGUEZ, M.-C., e BENNASSAR, B., o.c., pp. 28 e 34.

## A ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

Infelizmente, dadas as limitações da documentação em que nos apoiamos, não nos é possível alargar o nosso estudo ao conjunto dessa população mas tão somente a determinados grupos. A amostragem parece-nos, no entanto, suficientemente ampla para nos confirmar a suposição de que, quanto a instrução, o mundo urbano levava grande avanço sobre o dos campos.

### Oficiais da Câmara

Vereadores, Procuradores da Cidade, Escrivães da Câmara, Tesoureiros, Almotacés, Síndicos, Solicitadores, Alcaldes, Guardas-Mores da Saúde, Guardas da Câmara asseguravam, cada um a seu modo e segundo as linhas definidas na nossa dissertação de doutoramento, a boa condução dos negócios municipais e da vida urbana em geral. Durante o período cronológico que demarcámos para o estudo integraram este grupo mais de 850 pessoas.

Ora a alfabetização do conjunto é da ordem dos 100%, talvez com uma única excepção já referida: a do Tesoureiro António Dias, provavelmente semi-analfabeto.

Quanto aos Procuradores do Povo, exerceram o cargo documentadamente 106 indivíduos.

Destes, sabiam assinar	- 82	- 77,3%
não sabiam	- 16	- 15%
duvidosos	- 4	- 3,7%
desconhecemos	- 4	- 3,7%

Porém nos Ofícios municipais menores a taxa de alfabetização era naturalmente mais modesta. Vejamos o caso dos Porteiros da Câmara:

Serviram 40 pessoas. Destas, sabem assinar	- 9	- 22,5%
não sabem	- 24	- 60%
desconhecemos	- 7	- 17,5%

A conclusão final é óbvia: nos escalões em que se exigia a qualidade de cidadão, a alfabetização atinge o valor máximo, Aliás, não encontramos um único cidadão que não soubesse escrever. O mesmo não poderemos afirmar acerca de suas mulheres e filhas, como veremos de seguida.

### Mulheres

Como é sabido, as mulheres não exerciam funções públicas – o que não quer dizer que não pudessem aparecer como proprietárias de ofícios. Por aquela razão não é fácil encontrar nas fontes municipais testemunho de suas habilitações literárias.

No entanto, os Livros de Compra e Venda de bens foreiros à Câmara assinalam a sua presença sempre que as propriedades se transaccionavam. Quando a mulher

era proprietária ou casada com o proprietário, subscrevia a escritura por seu próprio punho se sabia escrever; no caso de ser analfabeta, alguém, a seu «rogo», assinava por ela. O mesmo aconteceu abundantemente na reorganização do Tombo dos Bens da cidade do Porto, em 1613 e 1614.

Esta circunstância explica que dos 280 documentos em que nos aparecem outros tantos testemunhos de mulheres, 225 (80%) se situem entre 1613 e 1625.

Ora dessas 280 mulheres, sabem assinar	- 46	- 16, 4%
não sabem	- 234	- 83,5%

Estes valores merecem-nos alguns comentários que resumiremos assim:

1º - não há, no caso das mulheres, situações de semi-analfabetismo ou casos «duvidosos»: os elementos femininos ou assinam bem, com letra desenhada e agradável à vista ou não sabem pura e simplesmente;

2º - alguns traços sociológicos devem ser retidos: das que sabem assinar, 14 usam o título de «dona»; 10 eram mulheres de cidadãos; duas eram mulheres de Licenciado; cinco eram mulheres de mercadores; uma era proprietária de uma botica, fora da Porta da Ribeira, que alugava.

Das que *não sabiam*, 19 usavam o título de «dona»; nove eram mulheres de cidadão; sete eram mulheres ou viúvas de mercadores; uma era mulher de Licenciado; 15 eram mulheres de mesteiros; 26 eram vendedeiras e regateiras; uma era taberneira; uma era professora leiga num Mosteiro da cidade; uma era produtora de vinho.

3º - As que sabiam assinar pertenciam à elite social e económica. Mas mesmo as destes meios apresentam índices modestos de alfabetização.

### Oficiais mecânicos

Não dispomos evidentemente de fonte privilegiada para estudar os níveis de alfabetização dos oficiais «mecânicos». Mas resulta impensável que numa cidade onde o sector secundário dispunha de peso considerável, os oficiais não figurem largamente nos Livros municipais.

De facto, estes testemunham abundantemente a sua presença activa. Mas, como é óbvio, não é a massa dos Mesteiros que aí é assinalada. Figuram, sobretudo, os líderes das suas organizações: os Procuradores do Povo, os Membros da Casa dos Vinte e Quatro, os Juizes de Ofício.

Mas também se registam aqueles a quem a Câmara encomendava trabalhos da respectiva especialidade; os que talvez não dispondo de cabedais para adquirir privilégios, eram nomeados para cargos concelhios menos atraentes – tais como o de

## A ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

quadrilheiro, o de olheiro. E ainda os que, isoladamente ou em pequenos grupos se dirigiam ao Senado para expor ou reclamar.

Quanto aos Procuradores do Povo já sabemos que o seu índice de alfabetização se mostra muito positivo: mais de três em cada quatro sabiam assinar.

No que respeita à Casa dos Vinte e Quatro, os índices deveriam apresentar-se semelhantes, já que o meio de recrutamento era o mesmo.

Quisemos comprovar a hipótese. Para isso, apurámos as presenças dos Vinte e Quatro nas Juntas municipais e analisámos as assinaturas das Actas. Os resultados obtidos para 25 sessões (todas as que apresentavam elevados índices de presença) foram os seguintes:

- sabem assinar 71,1%
- não sabem 23,3%
- duvidosos 5,4%

A série mais completa e homogénea é, porém, a que se refere aos Juizes dos officios.

Ano após ano, os Juizes eleitos de cada officio dirigiam-se à Câmara para tomar posse do cargo de cuja cerimónia se redigia a Acta, a subscrever pelos intervenientes.

Infelizmente constata-se muitas lacunas, umas devidas à perda dos Livros de Vereações, outras talvez devido a omissões do Escrivão. As mais numerosas provavelmente explicam-se pelo facto de os Juizes dos officios menos procurados prolongarem o seu mandato por vários anos, sem nova tomada de posse. De qualquer modo, os dados que recolhemos parecem-nos suficientes para fundamentar conclusões. Vejamos officio por officio:

### QUADRO 7 – Níveis de alfabetização dos juizes dos officios mecânicos

	Agulheiros		Alfaiates		Anzoleiros		Bainheiros		Barbeiros	
	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%
Sabem assinar	51	57,6	42	85,7	2	66,6	2	50,0	52	73,2
Não sabem	8	30,7	7	14,2	1	33,3	2	50,0	18	25,3
Duvidosos	3	11,5	-	-	-	-	-	-	1	1,4
Desconhecemos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	26		49		3		4		71	

	Cabeiros		Caixeiros		Calceteiros		Carpinteiros		Cerieiros	
	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%
Sabem assinar	14	46,6	3	27,2	2	100	18	58,0	9	100
Não sabem	16	53,3	7	63,6	-	-	10	32,2	-	-
Duvidosos	-	-	1	9,0	-	-	3	9,6	-	-
Desconhecemos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	30		11		2		31		9	

FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA

	Confeiteiros		Cordoeiros		Calceteiros		Cutileiros		Douradores e Apavonadores	
	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%
Sabem assinar	2	100	49	87,5	47	97,9	22	62,8	7	46,6
Não sabem	-	-	5	8,9	1	2,0	12	34,2	6	40,0
Duvidosos	-	-	1	1,7	-	-	1	2,8	-	-
Desconhecemos	-	-	1	1,7	-	-	-	-	2	13,3
<b>TOTAL</b>	2		56		48		35		15	

	Ensambladores e Imaginários		Espadeiros e Espingardeiros		Esteireiros		Ferradores e Alveitares		Ferreiros	
	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%
Sabem assinar	3	100	9	81,0	30	55,5	4	80,0	23	47,9
Não sabem	-	-	1	9,0	22	40,7	-	-	24	50,0
Duvidosos	-	-	1	9,0	2	3,7	-	-	1	2,0
Desconhecemos	-	-	-	-	-	-	1	20,0	-	-
<b>TOTAL</b>	3		11		54		5		48	

	Latoeiros		Ourives de ouro		Ourives de prata		Passamaneiros		Pasteleiros	
	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%
Sabem assinar	2	100	4	100	18	100	26	61,9	9	81,8
Não sabem	-	-	-	-	-	-	14	33,3	2	18,1
Duvidosos	-	-	-	-	-	-	2	4,7	-	-
Desconhecemos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	2		4		18		42		11	

	Pedreiros		Picheiros		Sapateiros		Seleiros		Serralheiros	
	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%
Sabem assinar	22	91,6	-	-	100	74,0	8	88,8	14	50,0
Não sabem	1	4,1	2	66,6	20	14,8	1	11,1	10	35,7
Duvidosos	1	4,1	1	33,3	15	11,1	-	-	3	10,7
Desconhecemos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,5
<b>TOTAL</b>	24		3		135		9		28	

	Sirigueiros		Sombreireiros		Surradores		Tanoeiros e Quintadores dos Arcos		Tecendo e Tecedeiras	
	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%
Sabem assinar	24	92,3	30	50,0	-	-	91	75,8	13	48,1
Não sabem	1	3,8	21	35,0	4	57,1	24	20,0	2	7,4
Duvidosos	-	-	8	13,3	3	42,8	5	4,1	12	44,4
Desconhecemos	1	3,8	1	1,6	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	26		60		7		120		27	

	Tintureiros		Torneiros		Tosadores		Vestimenteiros		Violeiros	
	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%	empossados	%
Sabem assinar	2	50,0	1	33,3	6	85,7	2	100	20	100
Não sabem	2	50,0	2	66,6	-	-	-	-	-	-
Duvidosos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desconhecemos	-	-	-	-	1	14,2	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	4		3		7		2		20	

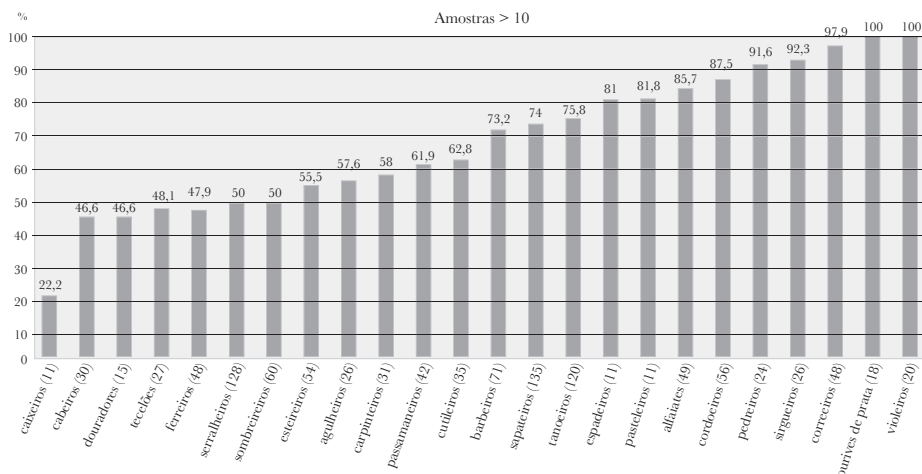


## A ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

### Taxa de alfabetização dos juizes dos ofícios mecânicos(1580-1650).

#### Percentagem dos que sabem assinar

(Entre parêntesis o número de oficiais que tomaram posse)



No conjunto, os actos de posse totalizam 1065. Neles,

sabem assinar	- 745 empossados	- 69,9%
não sabem	- 248 «	- 23,2%
duvidosos	- 64 «	- 6,0%
desconhecemos	- 8 «	- 0,7%

O nível de alfabetizados, mantendo-se embora em valores muito elevados apresentava-se um pouco mais baixo que no caso dos Vinte e Quatro e dos Procuradores do Povo. Aliás, se (como no caso destes) preferirmos fazer os cálculos não com base nos actos de posse mas no número de indivíduos utilizados, o índice descerá um pouco mais. Vejamos:

Indivíduos empossados - 661

sabem assinar	- 432 empossados	- 65,3%
não sabem	- 181 «	- 27,3%
duvidosos	- 40 «	- 6,0%
desconhecemos	- 8 «	- 1,2%

Os resultados obtidos assemelham-se aos que Claude Larquié colheu para os artífices e comerciantes de Madrid que, em 1650, sancionaram o respectivo testamento. Aí, em 123 homens sabem assinar 63,7%<sup>74</sup>. São, entretanto, um pouco mais elevados do que os apurados por J. Quéniart e Roger Chartier para as cidades do Oeste de França, onde 50 a 60% dos Mestres de ofícios independentes assinavam. Pensamos, no entanto, que a nossa fonte abrangendo uma camada social semelhante à de Larquié, é mais selectiva do que as utilizadas pelos investigadores citados<sup>75</sup>.

74 LARQUIÉ, C., *o.c.*, p. 145.

75 CHARTIER, Roger, *La Circulation de l'écrit dans les villes françaises 1500-1700* in *Livre et Lecteur...*, p. 152.

O facto assinalado de, no Porto, o nível de alfabetização se mostrar menos favorável quando consideramos os indivíduos de preferência aos actos de posse, poderá balizar a suposição de que, no conjunto, se dava vantagem aos alfabetizados em relação aos que não possuíam instrução?

Assim parece. De facto, o exame atento da capacidade de assinar dos Juizes mostramos que, em certos officios, houve a preocupação de ao menos um dos eleitos saber assinar. É o caso dos sombreireiros e dos passamaneiros.

Nem todas as corporações apresentam o mesmo nível de alfabetização. A análise dos resultados obtidos permite-nos o escalonamento das diversas corporações.

Assim, no topo colocaríamos os ourives, os sirgueiros, os ensambladores e os violeiros cujo nível se situa próximo dos 100%. Curiosamente (e este facto deve ser relevado neste contexto) estes grupos ocupam lugar de honra na procissão do Corpo de Deus<sup>76</sup>. Alguns dos seus elementos gozavam da categoria de cidadãos, como Gonçalo Coutinho, Juiz dos Ourives em 1616<sup>77</sup>.

Ao que parece, também aqui se constata correspondência entre hierarquização social e capacidade de ler e escrever.

Por seu lado, os Juizes das Corporações que dominavam a Casa dos Vinte e Quatro (Sapateiros, Alfaiates, Tanoeiros e Barbeiros) apresentam níveis de alfabetização acima dos 80%.

No entanto, os cericeiros, os cordoeiros, os correceiros, os confeiteiros (em 1616 os cinco confeiteiros da cidade sabiam todos assinar <sup>78</sup>) - e os pasteiros não lhes ficavam atrás nesta amostragem. E esse dado parece-nos importante para hierarquização global destes grupos no quadro profissional. Não será que muitos deles, mais do que para officiais mecânicos, se sentiam vocacionados para a actividade comercial ligada aos respectivos officios e daí a necessidade de instrução?

Talvez surpreenda o resultado referente aos Pedreiros, sobretudo se os compararmos com outras profissões do sector da construção, como os Carpinteiros. Os dados aqui obtidos poderão ser aferidos e afinados por outros respeitantes à adjudicação de obras por conta da Câmara. Assim, entre 1584 e 1640 as obras municipais foram arrematadas a 72 Pedreiros e a 25 Carpinteiros. Quanto aos Pedreiros.

- sabem assinar	33 - 45,8%
- não sabem	37 - 51,3%
- duvidosos	1 - 1,3%
- desconhecemos	1 - 1,3%

76 Sobre a distribuição dos grupos na procissão, ver OSSWALD, Maria Helena Cardoso, *Um aspecto da vida pública do Porto no séc. XVII*, dactilografada, Porto, 1985.

77 AHMP, LV 41, fl. 2.

78 AHMP, LV 41, fls. 45v-46.

## A ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

Quanto aos Carpinteiros,

- sabem assinar	16 – 64,0%
- não sabem	8 – 32,0%
- desconhecemos	1 – 4,0%

Os grupos menos capazes em matéria de instrução eram aqueles a quem ela menos falta faria: assim os picheleiros, os latoeiros, os surradores, os ferreiros, os serralheiros, os tecelões, os cabeiros. Seriam também os menos considerados social e economicamente?

Assinale-se que o ofício de agulheiro quando se organizou, em 1608, não dispunha de gente alfabetizada e, por isso, teve que recrutar Escrivão fora da profissão<sup>79</sup>. No entanto, depressa conseguiu ultrapassar essa limitação e na década de 30, o seu nível de alfabetização mostra-se já razoável.

Tais progressos nas letras não se verificam apenas em relação a grupos. Individualmente alguns oficiais deram provas de aprendizagem adquirida. Assim, o picheleiro Paulo de Sousa em 1617 assina de cruz, mas em 1628 tentava já um sinal gráfico, ainda que imperfeito. O mesmo se verifica quanto aos sombreiros João Fernandes (1624 e 1628) e Pedro Martins (1588 e 1608)<sup>80</sup>. Mais: aqui e além aparecem-nos oficiais e mercadores alfabetizados filhos de pais analfabetos.

Poderemos concluir, depois de percorridos estes quadros, que os grupos urbanos portuenses eram tão alfabetizados quanto o sugerem os resultados globais?

Não! De modo algum! É que os dados e informações em causa referem-se à elite dos Mesteirais. Mais uma vez, nem uma só mulher é aqui considerada. Ora nós sabemos que de entre as mulheres capazes de assinar, atrás referidas, não aparece nenhuma declaradamente filha ou mulher de mesteiral! Portanto, uma vez mais, bastaria que o mundo feminino fosse tomado em linha de conta para que a percentagem da população urbana iletrada subisse enormemente.

Mas não é apenas esta circunstância que nos leva a pensar que as massas urbanas portuenses eram razoavelmente analfabetas. Há outros indicadores. Vejamos:

- entre 1584 e 1625, 147 indivíduos, oficiais mecânicos na generalidade, foram nomeados quadrilheiros das ruas do Porto. Ora de 68 deles ficou registada a acta de tomada de posse e juramento.

Qual é a indicação que a assinatura nos sugere sobre as «letras» destes artífices?

- Sabem assinar	- 11 - 16,1%
- não sabem	- 54 - 79,4%
- duvidosos	- 3 - 4,4%

<sup>79</sup> AHMP, LV 39, fl. 92.

<sup>80</sup> AHMP, LV 41, fl. 151, LV 45, fl. 32; LV 46, fl. 217v e 235v; LV 27, fl. 103; LV 38, fl. 212v.

Sem dúvida, resultados muito inferiores aos patenteados por Juízes e Mordomos das Corporações! Como dissemos, dado o número elevado de privilegiados que podiam obter escusa do cargo, acreditamos que a condição social e económica dos que serviram como quadrilheiros não fosse muito elevada. Precisamente nessa medida poderão constituir um bom indicador para a descoberta da taxa de alfabetização do «portuense médio» da época.

Anos mais tarde, em 1621, os 28 homens aprovados e licenciados pela Câmara para medir o pão no Terreiro, oriundos quase todos dos ofícios mecânicos, apresentam-se assim quanto a letras:

- sabem assinar - 4 - 14,2%
- não sabem - 16 - 57,1%
- duvidoso - 2 - 7,1%
- desconhecemos - 6 - 21,4%<sup>81</sup>.

E em 1598, de 7 medidores apenas 2 sabiam assinar<sup>82</sup>.

Poderemos avançar um pouco mais neste sector, debruçando-nos sobre grupos que socialmente estavam próximos dos Mesteirais. São eles os Pilotos da Barra, os Marchantes, os Taberneiros e Estalajadeiros e os Barqueiros que transportavam o vinho desde o Alto Douro até à cidade, se bem que alguns destes eram seguramente produtores do generoso líquido.

Vejam os números:

#### QUADRO 8 – Níveis de alfabetização dos juízes dos ofícios mecânicos

Pilotos da Barra (1584-1649)	Marchantes (1590-1650)	Taberneiros e Estalajadeiros (1606-1621)	Barqueiros do Douro (1585)
<b>TOTAL - 18</b>	<b>TOTAL - 59</b>	<b>TOTAL - 183</b>	<b>TOTAL - 28</b>
Sabem assinar 6-33%	Sabem assinar 17-28,8%	Sabem assinar 63-34,4%	Sabem assinar 5-17,8%
Não sabem 8-44%	Não sabem 40-67,7%	Não sabem 98-53,5%	Não sabem 10-35,7%
Duvidosos 4-22%	Duvidosos 2-3,3%	Duvidosos 6-3,2%	Duvidosos 1-3,5%
Desconhecemos -	Desconhecemos -	Desconhecemos 16-8,7%	Desconhecemos 12-42,8%

(As datas entre parêntesis marcam o período abrangido pela documentação tratada. No grupo dos marchantes incluem-se duas mulheres e nos taberneiros elas são 28).

Conforme se verifica, estes quatro grupos situam-se, quanto a alfabetização, num ponto intermédio entre os Juízes de Ofício e os Mesteirais menos considerados. E as percentagens de alfabetização poderiam subir um pouco mais se contássemos somente os elementos do sexo masculino.

81 AHMP, *Livro de Fianças* (1621), fl. 1-42;

82 AHMP, LV 34, fl. 114.

## A ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

Qual a taxa de alfabetização deste grande sector que abrange todo o secundário e franjas do terciário?

De acordo com os dados constantes dos quadros, calculamos que ela se deverá fixar entre os 35 e os 45%.

Investigações futuras poderão confirmar ou desmentir esta hipótese.

### **QUADRO 9 – Níveis de alfabetização de mercadores, proprietários, fiadores e outros grupos abastados**

	Mercadores e marseiros (1584)		Proprietários (1614)		Manifestantes de vinho (1622)		Mestres de naus (1622 e 1626)	
	Indivíduos	%	Indivíduos	%	Indivíduos	%	Indivíduos	%
	<b>TOTAL - 209</b>		<b>TOTAL - 244</b>		<b>TOTAL - 156</b>		<b>TOTAL - 126</b>	
Sabem assinar	175	83,7	195	79,9	108	69,2	66	52,3
Não sabem	18	8,6	40	16,3	24	15,3	55	43,6
Duvidosos	10	4,7	9	3,6	8	5,1	2	1,5
Desconhecemos	6	2,8	0	0	16	10,2	3	2,3

	Fiadores (1591)		Fiadores (1621)	
	Indivíduos	%	Indivíduos	%
	<b>TOTAL - 60</b>		<b>TOTAL - 94</b>	
Sabem ler	29	48,3	48	51
Não sabem	28	46,6	40	42,5
Duvidosos	3	5	6	6,3
Desconhecemos	0	0	0	0

Não desejaríamos terminar este estudo sem publicar os resultados da pesquisa no tocante aos grupos ligados às actividades mercantis e à produção vinícola e ainda aos proprietários de imóveis foreiros à Câmara, aos Mestres de Naus e aos Fiadores e Abonadores dos que se «obrigavam» na Câmara a vender pelas taxas oficiais produtos de primeira necessidade.

A leitura de cada um dos quadros permite-nos afirmar a excelência dos níveis de alfabetização dos grupos economicamente mais fortes.

Atrás verificámos que os cidadãos e os fidalgos eram alfabetizados a 100%. A elite social, como se esperava, mostrava-se instruída. Constatamos agora que os detentores de bens, independentemente da sua qualidade social, a seguiam de perto.

O sub-grupo menos alfabetizado será o dos Fiadores e Abonadores, os quais, não obstante deverem possuir bens de raiz no valor mínimo de 80\$000 réis, seriam os menos fortes economicamente. De entre os que sabiam assinar, em 1591, três eram qualificados como mercadores e seis como oficiais mecânicos. Dos que não sabiam, oito eram oficiais mecânicos e um porteiro da Relação. E em 1621, 11 dos que sabiam assinar pertenciam ao mesmo sector dos oficiais mecânicos e cinco eram mercadores. Dos que não assinavam, um é chamado de mercador e nove são mesterais.

De entre os proprietários de bens foreiros à Câmara, uns 40 não eram capazes de assinar. Ora 13 destes pertenciam aos ofícios mecânicos e três eram casados com vendedeiras da praça da Ribeira. Somente um era mercador. E 12 moravam nos arrabaldes da cidade. Em compensação, de entre a maioria que sabia assinar, nove eram fidalgos, 28 cidadãos, 39 mesteirais, 15 mercadores, 13 clérigos, sete licenciados, quatro estalajadeiros, seis maridos de vendedeiras da Ribeira.

Quanto aos manifestantes de vinho, na generalidade trata-se de produtores ou mercadores, isto é, são pessoas de elevada capacidade económica. Se considerarmos apenas aqueles que manifestam mais de 100 pipas (que totalizam 46) a média de alfabetizados é mais elevada do que a resultante do conjunto dos manifestantes. Assim:

sabem assinar	35 - 76%
não sabem	6 - 13%
duvidoso	1 - 2%
desconhecemos	4 - 8,6%

Parece, pois, poder concluir-se que os grandes mercadores e os grandes produtores eram maciçamente alfabetizados.

Tal presunção parece ser confirmada pelo facto de apenas três pessoas, das que declaradamente residiam no Alto Douro, não sabiam assinar contra 26 que o faziam desembaraçadamente.

Nível apreciável de alfabetização apresentam os Mestres das naus que em 1622 e 1626 foram utilizadas para transporte dos vinhos do Douro para fora do Porto. Aos nacionais<sup>83</sup> poderíamos acrescentar 25 Mestres galegos cujo conhecimento das letras parece menos favorável: de facto apenas 10 (40%) sabem assinar contra 15 (60%) que o não tentam.

Salientaremos finalmente a elevada taxa de alfabetização demonstrada pelos mercadores portuenses. Apenas três indivíduos qualificados com o título de «mercador» não eram capazes de escrever as letras do nome. Um deles, António Pinto, exhibe grande poder aquisitivo nos livros de registos de compras de bens foreiros à Câmara. Mas esta será a excepção que confirma a regra. Com efeito, dos 18 que não sabem assinar (ver quadro 9) 10 são marseiros, ou seja, comerciantes de miudezas variadas, de estatuto social não muito elevado. Os mercadores de grossos capitais eram satisfatoriamente instruídos. A isso os obrigava a natureza e as exigências da sua vida profissional.

Nesse aspecto, os tratantes portuenses parece estarem em pé de igualdade com os seus colegas das cidades francesas do Oeste dos quais 80% sabiam ler e escrever<sup>84</sup>. Aliás,

<sup>83</sup> Os Mestres de naus nacionais pertenciam aos seguintes portos: Cascais (38); Setúbal (22); Peniche (24); Sesimbra (4); Atouguia (2); Pederneira (3); Alcácer do Sal (1); Viana (2); Miragaia (14); Matosinhos/Leça (7); Azurara (3); Vila do Conde (2); Vila Nova (1); S. João da Foz (2) Ver AHMP, *Imposição do Vinho*, Livros 3 e 7.

<sup>84</sup> CHARTIER, R., *oc.*, p. 152.

## A ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

dos 124 mercadores franceses que entre 1593 e 1618 descarregaram cereal na cidade, 88 sabiam assinar desembaraçadamente, ou seja 70%. Melhores índices exibiam então os flamengos e alemães que aqui mercadejaram: dos 104 que ancoraram no Douro, 96 eram capazes de assinar (mais de 92% contra apenas 5 que reconhecidamente não sabiam<sup>85</sup>.

### V

#### EVOLUÇÃO E PROGRESSOS DA ALFABETIZAÇÃO

Propusemo-nos finalmente o desafio de esclarecer se durante o período aqui estudado se verificaram progressos na aprendizagem do alfabeto quer por parte das massas rurais quer por parte da população urbana.

Para além dos casos pontuais, já assinalados, em que o mesmo indivíduo, depois de adulto conseguiu aprender a escrever o seu nome; para além da constatação da existência de filhos alfabetizados de pais analfabetos (Francisco Pinto, mercador de vinhos não sabia assinar e seu filho António Pinto, mercador de vinhos, escrevia primorosamente)<sup>86</sup>, parece-nos importante indagar se o período de dominação filipina conheceu alguma evolução no tocante à instrução pública.

O teste não podendo ser levado a efeito relativamente à população em geral, dadas as limitações das nossas fontes, pode ser ensaiado no tocante aos Oficiais dos Concelhos do termo e ainda aos Juizes dos officios mecânicos urbanos. A capacidade de resposta das mesmas fontes aconselhou-nos a divisão em duas partes do longo período tratado aqui: a primeira abrangendo os anos de 1584 a 1619 e a segunda os de 1620 a 1650.

Os resultados obtidos vão expressos nos quadros seguintes:

#### Quadro 10 – Evolução da alfabetização dos oficiais do termo

1584 - 1619			1620 - 1650		
TOTAL . 5133		%	TOTAL . 1974		%
Sabem assinar	560	10,9	Sabem assinar	495	- 25
Não sabem	4219	82,1	Não sabem	1409	- 71,3
Duvidosos	107	2	Duvidosos	41	- 2
Desconhecemos	247	4,8	Desconhecemos	29	- 1,4

#### Quadro 11 – Evolução da alfabetização dos oficiais mecânicos

1584 - 1619			1620 - 1650		
TOTAL . 272		%	TOTAL . 793		%
Sabem assinar	169	62,1	Sabem assinar	576	72,6
Não sabem	88	32,2	Não sabem	160	20,1
Duvidosos	12	4,4	Duvidosos	52	6,5
Desconhecemos	3	1,1	Desconhecemos	3	0,6

85 Ver os respectivos Livros de Vereações.

86 AHMP, *Imposição do Vinho*, L. 3, fl. 58.

O grande desnivelamento da quantidade de indivíduos tratados num e noutro período e em ambos os grupos, aconselha grande prudência nas conclusões a extrair.

No entanto, há indícios fidedignos de que nos últimos trinta anos a instrução dos Oficiais do Termo do Porto bem como a dos ofícios melhorou sensivelmente. Tal hipótese surge-nos, aliás, regularmente e constantemente confirmada se preferirmos tratar de per si e isoladamente cada uma das Instituições dos Concelhos: Ouvidores, Meirinhos, Almotacés e Oficiais das Aldeias.

Resta saber se tal melhoria se fica devendo a uma preferência mais acentuada das pessoas alfabetizadas em relação às que o não eram e a investidas sucessivas e repetidas em favor daquelas. Mesmo que assim fosse, o facto merecia realce.

## VI CONCLUSÃO FINAL

O Porto e a sua região provavelmente não atingiam, em 1600, a taxa de alfabetização da Inglaterra onde 25% dos homens sabiam ler e escrever. Mas acreditamos que não ficava atrás da França cuja alfabetização masculina era, na mesma época, da ordem dos 16%<sup>87</sup>. Provavelmente em 1650 as taxas mostravam-se mais favoráveis, muito embora a preocupação pela generalização da alfabetização devesse esperar mais de um século ainda.

Alguns pontos parecem, entretanto, irrefutáveis: a vantagem do morador da cidade sobre o do campo, do homem sobre a mulher, das elites sociais e do dinheiro sobre o homem comum.

---

87 LOPEZ, François, *«Lisants» et lectures en Espagne au XVIII<sup>e</sup> siècle. Ébauche d'une problématique in Livre et Lecture...* p. 143.



**BIBLIOGRAFIA**

ANSELMO, António Joaquim, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, 1926.

AZEVEDO, Pedro A. de, *Algumas palavras sobre o ensino em Portugal no século XVI* in «Boletim da Segunda Classe da Academia de Ciências de Lisboa», Vol.9º.,Coimbra, 1914-1915.

AZEVEDO, Pedro A. de, *Nota sobre a instrução portuguesa nos séculos XV e XVI* in «Archivo Historico Portuguez», vol. 5º, Lisboa, 1907.

BASTOS, Teixeira, *Ideias gerais sobre a evolução da Pedagogia em Portugal*, Coimbra, 1892.

BENNASSAR, Bartolomé e RODRIGUEZ, M.-C., *Signatures et niveau culturel des témoins et accusés dans les procès d'Inquisition du ressort du Tribunal de Tolède (1525-1817) et du Tribunal de Cordoue (1595-1632)* in «Caravelle» n.º 31, Toulouse, 1978.

BERGER, Philippe, *La lecture a Valence de 1474 à 1560 (Evolution des comportements en fonction des milieux sociaux)* in *Livre et lecture en Espagne et en France sous l'ancien régime*, Paris, 1981.

CHARTIER, Roger, *La circulation de l'écrit dans les villes françaises, 1500-1700* in *Livre et lecture en Espagne et en France sous l'ancien régime*, Paris, 1981.

CHEVALIER, Maxime, *Lectura y lectores en la España del siglo XVI y XVII*, Madrid, 1976.

COELHO, Adolpho, *Cultura e analfabetismo*, Porto, 1916.

COELHO, Adolpho, *Para a História da instrução popular* in «Revista da Educação e Ensino» nº 10, Lisboa, 1895.

COSTA, D. António da, *História da instrução popular em Portugal*, 2ª ed., Porto, 1900.

CRESSY, David, *Literacy and the social order; reading and writing in Tudor and Stuart England*, Cambridge, 1980.

DIAS, José Sebastião da Silva, *A política cultural da época de D. João III*, 2 vols., Coimbra, 1969.

DOMERGUE, L., *Le livre en Espagne au temps de la Revolution Française*, Lyon, 1984.

DOMINGUEZ ORTIZ, António, *El Antiguo Regimen; los reyes católicos y los Austrias*, História de España Alfaguara, III, 5ª. ed., Madrid, 1973.

ESCOLAR, W, *Historia del Libro*, Madrid, 1984.

FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean, *L'apparition du livre*, Paris, 1971.

FLEURY, M, et VALMARY, A., *Les progrès de l'instruction élémentaire de Louis XIV à Napoléon III d'après l'enquête de Louis Maggiolo (1877-1879)* in «Population» Janvier-Mars, 1957.

FURET, François et OZOUF, Jacques, *Lire et écrire, L'Alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*, 2 vols., Paris, 1977.

FURET, François et SACHS, Wladimir, *La croissance de l'alphabétisation en France (XVIII-XX siècle)* in «Annales — E.S.C.», n°. 3, Maio-Junho, Paris, 1974.

GOUBERT, Pierre, *Histoire Demographique* in *Actas de Ias I Jornadas de Metodologia aplicada a las Ciencias Históricas*, III — História Moderna, Santiago de Compostela, 1975.

GRACIO, Rui, *Ensino primário e analfabetismo* in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel SERRÃO, II, Lisboa, 1971.

JOHANSSON, E., *The History of literacy in Sweden in comparison with some other countries* in «Education Reports Umea», Universidade de Umea, n°. 12, 1977.

KAGAN, Richard L., *Students and Society in early modern Spain*, Baltimore e Londres, 1974.

LARQUIÉ, Claude, *L'Alphabétisation a Madrid en 1650* in «Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine», Tomo XXVIII, Paris, 1981.

*Livre et Lecture en Espagne et en France sous l'ancien régime*, Colóque de Ia Casa de Velazquez, Paris, 1981.

LOPEZ, François, «*Lisants*» et lecteurs en Espagne au XVIII siècle. *Ébauche d'une problématique* in *Livre et lecture en Espagne et en France sous l'ancien régime*, Paris, 1981.

MARQUES, José, *A Administração Municipal de Vila do Conde em 1466*, Braga, 1983.

MARTIN, Henri-Jean, ver FEBVRE, Lucien.

MEYER, I., *Alphabétisation,, lecture et écriture. Essai sur l'instruction populaire en Bretagne du XVI au XIX Siècle* in *Actes du 95º, Congrès des sociétés savantes*, Reims, 1970, Section d'Histoire Moderne et Contemporaine, Tomo I, Paris, 1974.

OLIVEIRA, António de, *A vida económica e social da Coimbra de 1537 a 1640*, vol. I, Coimbra, 1971.

OZOUF, Jacques, ver FURET, François.

PELICO, Silvio, *História da instrução popular em Portugal*, 1923.

QUÉNIART, Jean, *Culture et société urbaine dans Ia France de l'ouest au XVIII siècle*, Paris, 1978.

RESNICK, Daniel P., *L'alphabétisation en Amérique du Nord (note critique)* in «Annales, E.S.C.» n°. 2, Março-Abril, Paris, 1985.

RODRIGUEZ, Marie-Christine, ver BENNASSAR, Bartolomé.

## A ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

*Rol dos moços fidalgos que aprendião a ler, escrever e latim, feito em 10 de Julho de 1556* in «Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa», vol. 9º, Lisboa, 1916.

SACHS, Wladimir, ver FURET, François;

SANTOS, Alves dos, *O ensino primário em Portugal*, Lisboa, 1908.

SCHOFIELD, Roger, *The measurement of literacy in pre-industrial England* in *Literacy in traditional societies*, Cambridge, 1968.

SILVA, F. Ribeiro da, *O Concelho de Gaia na 1.ª metade do séc. XVII. Instituições e níveis da alfabetização dos funcionários* in «Gaya», vol. II, Vila Nova de Gaia, 1984.

SILVA, F. Ribeiro da, *Níveis de alfabetização de oficiais administrativos e judiciais dos concelhos de Refojos de Riba d'Ave e da Maia, na 1.ª metade do séc. XVII*, in *Actas do Colóquio de História local e regional*, Santo Tirso, 1979.

STONE, Lawrence, *Literacy and education in England, 1640-1900* in «Past and Present», n.º 42, Oxford, 1969.

*Synopse ou índice chronologico e alphabetico da legislação relativa à instrução primária*, Coimbra, 1848.

VALMARY, A., ver FLEURY, M.

VARELA, J., *Modos de educación en la España de la Contrarreforma*, Madrid, 1984.

VOVELLE, Michel, *Y a-t-il eu une révolution culturelle au XVIII siècle? A propos de l'éducation populaire en Provence* in «Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine», Jan.-Março, Paris, 1975.

WYCZANSKI, Andrzej, *Alphabetisation et structure sociale en Pologne au XVI siècle* in «Annales E.S.C.», Maio-Junho, Paris, 1974.

FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA